



# ELO



PORTE PAGO

ANO III  
NOVEMBRO  
N.º 54  
1977  
MENSAL  
PREÇO 10\$00

## Órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção  
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA  
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas  
EMPRESA PÚBLICA DOS JORNAIS SÉCULO E POPULAR (EPSP)  
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

# Editorial

Nos últimos números deste jornal temos vindo a expressar a preocupação da ADFA pelo atraso na execução do decreto-lei que cria o Secretariado Nacional de Reabilitação. No último número assinalávamos que passou já tanto tempo, depois de tantas fases deste processo de criação do Secretariado Nacional de Reabilitação, e este organismo ainda não começou a funcionar. Efectivamente, este processo iniciou-se exactamente há um ano, com a criação do grupo de trabalho que havia de apresentar um ante-projecto do decreto-lei donde saiu o diploma que cria o S. N. R. Em 22 de Junho passado foi esse diploma aprovado pelo Governo. Em 20 de Agosto foi publicado no «Diário da República». De então para cá assistimos apenas a declarações de boas intenções por responsáveis neste assunto.

A criação de um organismo do género do S. N. R. constituía um anseio dos deficientes. De facto o organismo foi criado, mas esse anseio não foi satisfeito, porque esse organismo ainda não produziu quaisquer frutos, ainda nem sequer entrou em funcionamento.

Como compreender e justificar este estado de coisas? A única razão que podemos encontrar, depois de pormos de parte a deliberada intenção de não fazer funcionar o S. N. R., é a instabilidade política, social e económica que se tem vivido nestes últimos tempos e, daí, as dificuldades que o Governo terá para se dedicar à questão da reabilitação e integração social dos deficientes. Não queremos aqui aprofundar esta questão afim de considerarmos como aceitável ou não esta presumível razão, até porque se trata de uma questão política e disso nós nos temos absterido por princípio. Mas essa abstenção, que, diga-se aqui como oportuno, os arautos do «patriotismo» defendem com toda a energia, começa a afiurar-se como duvidosa defensora dos interesses daqueles que nesta sociedade são mais desprotegidos, como é o caso dos deficientes.

Seja como for, seja a crise política e as dificuldades com que o Governo se debate, este Governo ou qualquer outro Governo passado ou futuro, certo é que os deficientes deste País não podem suportar mais a situação em que se encontram. E certo é também que os interesses político-partidários que quotidianamente se vão jogando na nossa cena política não podem ou pelo menos não devem contribuir para o protelamento da resolução dos problemas daqueles que mais necessitam e maiores carências têm.

Sem nos querermos imiscuir pois nessa cena política que se desenrola perante nós, queremos aqui deixar claro que sentimos, porque o sentimos mesmo na carne e no espírito, que os interesses das camadas mais desfavorecidas do povo português, como é o caso dos deficientes, são sistematicamente relegados para segundo plano. Entretanto outros interesses se levantam e outros interesses se discutem, interesses daqueles que sempre foram privilegiados e que não suportaram uma pequena redução nos seus privilégios.

No meio disto tudo o esquecimento a que foi votado pelo Governo o Secretariado Nacional de Reabilitação, pedia fundamental na reabilitação e integração social dos deficientes, é um sintoma flagrante de um estado de coisas que pouco de animador tem para quem depositou todas as suas esperanças numa sociedade melhor e mais justa.

Não pretendemos ser pessimistas, porque não o somos de facto, nem tão pouco queremos abalar as esperanças daqueles que acreditaram e acreditam ainda em dias melhores. Pretendemos apenas alertar para a realidade de uma situação concreta, a dos deficientes. Queremos tão só, com este alertar, robustecer a sua consciência para a necessidade de defesa dos direitos que lhes assistem. E essa defesa terá que ter lugar.

1.º ANO 1 - 23 - NOV. - 1974

ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

PREÇO 2550 Página 1

# ELO

# dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade — Redacção — Direcção — ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Impr. — TIPOGRAFIA ESCOLA DA A. D. F. A. — Palácio da Independência Largo de S. Domingos Telef. 36 21 67 - LISBOA  
Rua Artúria van-Azeno II, M. P. - Telef. 65 35 93 - LISBOA

## NOTA de ABERTURA EDITORIAL

Foi um Povo inteiro que sofreu, que foi martirizado por décadas de fascismo e por treze anos de estúpidas guerras coloniais.

Sofreu um Povo inteiro quando alguns lucravam com esse sofrimento. Os que lucravam não merecem a designação de Povo: São os carrascos desse mesmo Povo. São os filhos e netos de carrascos de outrora que também martirizaram os filhos do Povo de outrora.

Este foi mais um abuso que se insere numa tradição histórica. Este grito de denúncia será o primeiro que se faz ouvir e com lá não seja necessário repetir-se.

Os grandes esportes de outrora colheram levas, benesses e riquezas à custa do sangue e das vidas dos filhos do Povo que a seu mando lutavam e morriam. Se não existisse o 25 de Abril, as gloriosas campanhas de África, campo de heróicos feitos e emalocimento da rapa, passariam à história em douradas letras, os feitos das mesmas seriam estabulados em livros e festas e os sofrimentos e martírios dum Povo inteiro seriam esquecidos e as suas feridas não seriam saradas. O 25 de Abril, um marco diferente e único na história de Portugal, dá também a oportunidade única à massa, que era utilizada, de levantar a voz e dizer de sua justiça.

Por esse Portugal fora são muitos os milhares de famílias que viram sair de casa os seus filhos, fortes e robustos, para o Verão entrar deficientes ou nunca mais os viram. A alegria de uns, de verem chegar saos e salvos os seus filhos, era apagada pela tristeza de outros que não viam regressar os seus, o esmagamento era geral. Mas essas mágoas abafavam-se no silêncio arquitectado e imposto: Os mortos eram transportados em barcos de modo camuflado como se de mercadorias se tratasse e os túneis partiam do Hospital Militar do Castelo da Madrugada. Os gritos lancinantes de «Ai meu querido filho rasgavam a madrugada e iam acordar de algum pesadelo os que não morriam, mas na opinião dos governantes eram seus mortos».

A disciplina dos hospitais assemelhava-se à de recruta. As justas reclamações respondiam vozes autoritárias — calê-se, voce, porque teve um acidente, está cheio de complexos e eu é que tenho de o aturar». Na justa final o Director do Hospital Militar era um burocrata de carimbo na mão: «Peso morto, inválido, peso morto, inválido...». Em enorme bicha os inválidos iam passando. Eram muitos. Eram demais. Havia que exceder o seu número. Mas, havia que reduzir esse número. Então o Director do Hospital Militar continuava a carimbar — inválido, inapto para o serviço militar sem pensão, inválido, peso morto...».

«O Exército era uma terrível máquina de inutilizar homens. Inutilizava-os e remetia-os à procelação. As famílias recebiam-nos, luas o carimbo e resignavam-se perante a vontade de Deus».

guerra continuava. Mais mortos, mais inválidos. O número crescia. O Povo Português ia mostrando a sua terrível capacidade de resignação.

A maioria dos deficientes eram soldados. Mesmo sem pernas puziam-se em sentão perante os grandes senhores que atropelavam os reduzidos direitos que tinham. As leis eram dúbias e a sua interpretação resultava, por regra, em prejuízo dos deficientes. Só se fosse alguma coisa...

Então o pai lá na terra falava com o Senhor Dr. e o Senhor Dr. falava com...

Ficava-se na promessa. Concluiu-se sempre: eles não se interessam, porque isto não acontece aos filhos deles — quando os oficiais, que agora são Capitães, ocuparam lugares de decisão nas Forças Armadas, eles que têm conhecimento directo dos nossos problemas, então... Faziam-se as contus Mas quando...

O 25 de Abril venceu a barreira do tempo. A obra colecciona nos governantes, que tudo podem e tudo fazem, fuzil parte dos egos concretos das pessoas embriecidas num sistema totalitário e rígido.

Com a maleabilidade do 25 de Abril e as liberdades daí resultantes as pessoas, inauguraram nova maneira de pensar e responsabilizaram-se a si próprias, tornaram-se activas e adquiriram o direito de participação. Dentro deste contexto, os Deficientes das Forças Armadas, constituídos em Associação, participaram na resolução dos problemas resultantes das injustas guerras coloniais, participando também na revolução em curso.

Nos últimos três anos as crianças da A. D. F. A., filhos dos sócios, tiveram a sua Festa de Natal. Tratou-se de festas simples, de são convívio, de encontros entre crianças filhos de homens que, por força de uma guerra injusta, se viram unidos numa Associação fruto dessa mesma guerra. Encerram em si, esses convívios de crianças, um significado simples mas profundo: que os deficientes das Forças Armadas vão cimentando a sua unidade e coesão através de outros meios para além da própria deficiência co-

mum. País e filhos, em ambientes de festa e com alegria fortalecem a intenção de se manterem unidos e alerta para a defesa da sua dignidade e dos seus direitos como cidadãos de pleno direito que se reclamam ser desta sociedade que pretendem também melhor e mais justa.

Mas, para além deste significado, a Festa de Natal da Associação, com a presença de muitas centenas de crianças, significa também, e desta vez sobretudo, que os filhos dos deficientes têm um especial cari-

nho e estima pela A. D. F. A., individualmente revelado em casa de cada um e colectivamente revelado em reuniões deste tipo na Associação.

Este ano, à semelhança dos anos anteriores, vai realizar-se a Festa de Natal para as crianças dos sócios da Zona de Lisboa e de outras delegações, conforme abaixo referido. As lembranças que serão oferecidas às crianças, embora melhores que

(Continua na 10.ª pág.)

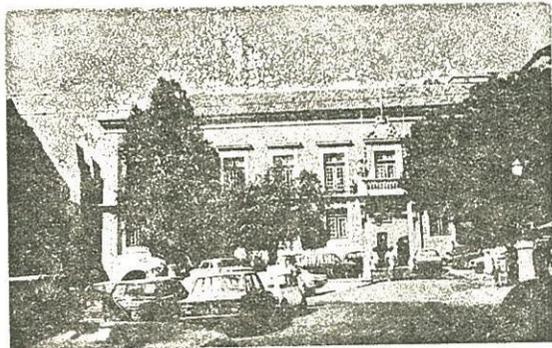
O jornal dos Deficientes das Forças Armadas exprimir-se-á, por norma e por imperativo, na linguagem simples, mesmo rude, mas clara, que os deficientes, na sua quase totalidade soldados, sabem utilizar e entendem.

Escrito por nós e para nós, poderá ser lido, e assim compreendido, pelas nossas famílias, como nós simples e mergulhados nos nossos problemas, assim como por todo o povo que sofreu com as guerras coloniais e entende também a nossa linguagem.

Se existir alguma filosofia nos nossos artigos, ela não será fruto dum procura rebuscada em gabinete fechado, será antes fruto espontâneo das nossas vivências e da nossa experiência. Transmitiremos, sem nada evitar ou esconder tudo o que vivemos e sentimos, trazendo ao conhecimento de todos o que tão escondido andava. Para além da necessidade, força-nos também o dever de transmitir e denunciar, quando for o caso, tudo o que diz respeito às mazelas da guerra e à sua cura.

Este será o nosso simples contributo para a reconstrução do Portugal novo e justo que o verdadeiro Povo Português deseja.

## AQUI



Palácio da Independência

Aqui se ministrou à Juventude Portuguesa o vírus do Fascismo que havia de manter todo um Povo no mais refinado obscurantismo. Aqui se forjaram os «SS» que nos amoldaram o corpo e nos marcaram a alma. Aqui se instalou a maternidade onde seriam paridos Fascistas e fascizantes. Aqui se fez Chetano El-Rei Tyrano. Aqui se transformaram crianças em monstros que seriam a coluna vertebral da continuidade dum regime de ódio. Aqui se construíram os heróis da opressão colonial. Aqui se cometeram os crimes de alienação de gerações sucessivas. Aqui estamos nós, Deficientes das Forças Armadas, sentindo na alma e no corpo as vergastadas dos Carrascos de 48 anos. Aqui estamos nós empenhados em destruir todo o mobiliário de ódio que ornamenta estas paredes, testemunhas impávidas de crimes que clamam por julgamento. Aqui queremos trabalhar na reconstrução dum Portugal livre e Democrático — 86 assim haverá uma perfeita política de Reintegração dos marginalizados.

## A ADFA ACUSA Os grandes culpados

Lutamos por um lugar digno numa Sociedade Justa com Direitos e sem emendas. A nossa forma de luta é a mesma de todas as frentes progressistas: Morte ao fascismo — viva a liberdade.

Hoje seremos livres, contudo sentimos as nossas palavras ainda amordaçadas por essa scorta pesada que nos aguiça, qual abutre ameaçador de morte por lhe escusarem as indefesas. Continua na pág. 6

# 1974

# 1977

## 3.º ANIVERSÁRIO DO «ELO»

No passado dia 23 de Novembro o «ELO» completou o seu 3.º ano. Foi efectivamente a 23 de Novembro de 1974 que saiu o primeiro número do órgão da nossa Associação — o «ELO» número zero. Desde essa data 53 números do jornal chegaram a casa de sócios e assinantes.

O espírito do «ELO» continua. Ele — «ELO» — quer efectivamente ser um elo entre todos os deficientes das Forças Armadas, ser um elo entre todos os deficientes portugueses, ser

(Continua na 10.ª pág.)

# FESTA DE NATAL NA ADFA A JÁ TRADICIONAL FESTA DAS CRIANÇAS ESTE ANO EM VÁRIAS DELEGAÇÕES

Neste número: CAMPANHA CONTRA A BOMBA DE NEUTRÕES

# LUDIBRIELA TRAVO E PANELA

## INTRODUÇÃO

Vamos dar início à publicação de uma novela, que terá alguns episódios e que se baseia na obra de ficção, de Jorge Enganado, e cuja acção se desenrola numa localidade onde ainda não chegou a democracia e onde os problemas dos deficientes são espeznhados, desprezados, ignorados e outros ados.

Qualquer semelhança com os personagens é pura coincidência.

## 1.º EPISÓDIO

Um grupo de deficientes das forças desarmadas, sentiu a necessidade de criar na localidade de Vilhéus uma Delegação, para tentar resolver os problemas daqueles que foram convidados (sob) (coacção) para brincar em guerras (a sério) em terras dos nossos irmãos africanos. Desse grupo faziam parte o Pele de Vaca, o Perdão, o Azedo, o Lagostinho, o Vaiconselos, o Alvorado. Posteriormente juntaram-se-lhes, o Aristoteles, o Peixemorto, o Tina, o Celestial, o Macieira, Costa a Pino,

o Pau de Madeira e muitos outros que vão aparecer nos episódios desta novela repugnante.

Um dia, naquele tempo em que ainda havia um perfume agradável que emanava dos Cravos de Abril e uma brisa, embora ténue, que transportava algumas moléculas de liberdade e democracia a estas paragens do Azeite, vinho e bacalhão açambarcado e especulado e, principalmente, alguns Coronéis cheios de cacau, o grupo resolveu fazer uma reunião para levar a coisa pra frente.

Como não havia outro local, a reunião efectuou-se num botiquim chamado Vesúvio.

— Eh meus chapas, a reunião podia fazer-se no Bataclan, disse o Perdão.

— No Bataclan não, porque está cheio de coronéis, referiu o Pele de Vaca.

— Bom, mas se eles sabem que andamos a fazer reuniões, chamam os jagunços e metem bala na gente — retorquiu o Azedo.

— Esses Cabras danados são capazes de tudo. Mas a gente

não tem medo. Já estamos baleados, é mais bala menos bala, diz o Alvorado.

— Bem, bem, o que é preciso é a gente fazer qualquer coisa e botar pra janbrar e arranjar uma casa, nem que seja na favela, lá no morro da Miséria — atalha o Lagostinho.

— Se a gente falasse com os coronéis, talvez eles arranjassem qualquer coisa.

— Não penses nisso é Azedo. Esses caras quanto mais têm, mais querem, e não vão dar nada não, eles querem é tirar o que a gente tem... diz o Pele de Vaca. — Parece-me que existe em Vilhéus uma casa que serve para a Delegação.

— Então vamos lá ver essa casa — diz o Perdão.

Assim, dirigiram-se à tal casa, que mais parecia um palácio. Ao percorrerem os aposentos, ficaram indignados pelo facto de uma casa como aquela estar desocupada há tanto tempo, quando há tanta gente a dormir em barracas. E vai daí, resolveram saber de quem era a casa, para a alugar. Tiveram conhecimento que pertencia a

um compadre dos coronéis, que dava pelo nome de Lerpa.

Imediatamente entraram em contacto com o tal cara. A resposta dele foi danada. Disse que não alugava nada, que não sabia que havia deficientes nesta região e que não estava ligando aos seus problemas, e que não tocassem na casa senão chamavam os jagunços.

Não tinham outra alternativa e ocuparam a casa. A Delegação rapidamente se desenvolveu e muitos problemas foram resolvidos. Entretanto, os coronéis e seus compadres não desarmaram. Chamaram os jagunços, embebedaram-nos e depois deram-lhe ordens para destruir tudo.

Os cabras danados, bêbados e drogados, cumpriram as ordens e queimaram tudo que era da oposição, na frente do povo, que nada pôde fazer para o deter.

Atacaram a casa onde estava a Delegação e foram repellidos por alguns deficientes. O povo na rua gritava para aqueles bêbedos e drogados (transpiravam a cachaça de cana e maconha) não tocarem na casa dos Deficientes.

O ataque à delegação foi evitado embora os coronéis roessem as unhas de raiva. Mas a bagunça não ficou por aí. O compadre Lerpa chamou um jagunço de apelido Ponteiro e mandou ele lá pra casa, durante a calada da noite, armado até aos dentes (de cachorro), pra botar os deficientes na rua. Mas o cabra da peste estava enganado. Aquela casa representava para os Deficientes a sua própria vida e ele não estavam dispostos a sair de lá à toa.

E daí pra frente o catagente tem chateado pra chuchu. Um dia o Pele de Vaca entrou na Delegação e deparou com um acontecimento insólito que mostrava claramente os instintos animais dos jagunços.

— O Pele de Vaca, sabes uma coisa? O jagunço Ponteiro cortou a luz à Delegação — avisa o Aristoteles.

— O diabo, isso é uma merda. Se nós vivemos tanto tempo no obscuro, agora também ficamos no escuro? Será que é para as pessoas não verem os deficientes? Bom, mas isso não fica assim. Temos que falar com os compadres da Confederação dos Bunificios. Vamos lá falar com o compadre Gravata, que ele resolve o problema — comentava o Pele de Vaca.

— Espera aí seu moço, a gente pede pra botar uma baixada de borla — propôs o Alvorado. — És mesmo paspalhão. Então tu julgas que eles vão pôr a baixada de borla. Talvez nem pagando, nem com cabritos — retruca o Macieira.

— É mesmo seu cara. Nem cabritos nem bodes. O que eles querem é carneiros. — diz o Pele de Vaca.

— Bom o negócio é falar com eles, e dizer que isto não está bem e que a gente se queixa ao Governador da Baía de Água-Pé. Diz o Azedo.

— Ó menino, nem o São Salvador nos acode. Eles quando querem, já ninguém os demove. Nem as mulheres.

— Lá isso é verdade. Mas a gente fala com eles e vamos a ver. Se for preciso, pagamos a baixada.

— E o dinheiro?

— O dinheiro tem que aparecer. Nem que eu tenha de pôr no prego uma prótese, que é a coisa que eu mais gosto.

— Caramba rapaz, isso não é preciso. Eu tenho uma irmã que é criada de servir e ganha 500\$00 por mês e ela empresta alguns cruzeiros.

— Ou então a gente pede um subsídio.

— Este cara tá burro de todo. Pedir subsídio neste tempo, é tão difícil como pôr a baixada.

— É mesmo, meu chapa. Isto está ruim. A gente já não pode fazer bem, como logo acusados que pertencemos à oposição e que estamos do lado do Dr. Mundim.

(Continua no próximo número).

# QUAL É A CORRECTA?

1 — Pequeno principado da Europa situado nos Alpes Marítimos. Tem uma população de pouco mais de 20 mil habitantes e uma superfície de um quilómetro quadrado e meio. O principado foi fundado durante a Idade Média sendo pertença da família Grimaldi até 1715. A partir dessa data passou a sua posse para os Goyon de Matignon e os Polignac.

- a) Andorra
- b) Luxemburgo
- c) Mónaco

2 — Um dos mais, se não o mais ilustre poeta cómico francês. As suas peças teatrais eram caracterizadas pelo tom satírico dirigido aos facultativos (médicos). O seu verdadeiro nome foi João Baptista Poquelin, mas passou à história da literatura com outro.

Entre as suas criações literárias destacamos, «tartufo». «O avarento»; «Médico à força»; «O doente da Cisma».

- a) Balzac
- b) Molière
- c) Zola

3 — Carvão fóssil vulgarmente conhecido por carvão de pedra ou carvão mineral. Existe em duas variedades, a branca e a verde.

- a) Hulha
- b) Carbone
- c) Lenhite

4 — MIÓGRAFO é um instrumento destinado a medir:

- a) A contracção muscular
- b) A intensidade do miar
- c) O diâmetro das mós dos moínhos

5 — Ao empregarmos o adjectivo «EXÍMIO», a uma pessoa, significa que essa pessoa é:

- a) Tolerável
- b) Intolerável
- c) Excelente

6 — Roménia. República Socialista da Europa Oriental. Mais de 20 milhões de pessoas habitam naquele país que tem fronteiras com a U. R. S. S., Bulgária, Jugoslávia e Hungria. A capital é:

- a) Sofia
- b) Bucareste
- c) Budapeste

7 — A palavra «OBDUCTO» significa

- a) Oculto
- b) Obeso
- c) Obstruído

8 — A parte da anatomia que trata dos dentes, chama-se:

- a) Dentologia
- b) Denteologia
- c) Odontologia

9 — Os nomes de Velázquez, Goya, EL Greco estão ligados à arte.

- a) Pintura
- b) Música
- c) Literatura

10 — Apenas uma das obras enunciadas não é da autoria de Camilo Castelo Branco

- a) Livro Negro do Padre Dinis
- b) Memórias do Cárcere
- c) Amor e Melancolia

# RESPOSTAS:

Respostas: 1-(c); 2-(b); 3-(a); 4-(c); 5-(c); 6-(b); 7-(a); 8-(c); 9-(a); 10-(c).

ALMIRO PAIS CORREIA

# A AUTO-REABILITAÇÃO DE UM GRANDE DEFICIENTE

Reabilitação que se faz e que se deve fazer

É do conhecimento geral que os centros de reabilitação portugueses funcionam sem um sentido prático de reabilitação e sem interesse pela causa dos deficientes. O indivíduo ao ficar deficiente e procurando a sua independência surgem-lhe uma série de obstáculos difíceis de ultrapassar e ao entrar num centro de reabilitação, observando as graves deficiências de que estes estão equipados, conseguem na maioria dos casos unicamente uma reabilitação teórica. Estas deficiências começam logo a nível hospitalar, onde a reabilitação não nos é dada nas devidas condições. Principalmente devido à falta de instalações convenientes e sem apetrechamento de técnicos competentes e devidamente capacitados para a mesma causa. Todavia o que temos neste campo muito poderia ser feito se houvesse uma melhor sincronização dos serviços e um maior interesse do pessoal existente.

A colocação de uma prótese não é somente umas massagens do coto e a aplicação da mesma. Tem necessariamente uma preparação psicológica para a maior parte dos casos, preparação do corpo para a sua boa utilização com todo um trabalho de preparação física.

É urgente que se faça uma distinção entre centro de reabilitação física e centro de reabilitação profissional para que se acabe de vez com a confusão existente e para que os deficientes possam obter uma reabilitação na sua verdadeira acepção. Estes ao saírem dum centro de reabilitação deverão possuir um grau de independência que lhes permita continuar a sua vida sem auxílio de terceiros e, como é lógico, quando as condições exigirem, uma completa reintegração e integração no campo profissional. Pará que tal aconteça é necessário que o governo crie centros de reabilitação profissional e crie as condições necessárias para que particularmente os grandes deficientes não se sintam marginalizados no mundo do trabalho.

A reabilitação que eu fiz

É urgente a realização de uma campanha a nível nacional de mentalização, nomeadamente sindicatos, associações patronais e governo, não podendo em qualquer dos casos o deficiente ser utilizado e manobrado para a obtenção

de prestígio e lucros das partes referidas.

Após o meu acidente e passados os primeiros meses dedicados a intervenções cirúrgicas, deveria ter começado com uma reabilitação física bastante intensa tanto quanto a minha deficiência exigia. Todavia tal não aconteceu tendo os graves traumas psicológicos se acentuado pelo desprezo e desinteresse notados, sendo forçado a permanecer inutilmente mais alguns meses hospitalizado.

Entretanto comecei com uma incompletíssima preparação para a colocação de próteses, tendo andado cerca de 1 ano e meio a caminho dum centro especializado em próteses, tendo-as recebido depois deste longo tempo em deficientíssimas condições. Bom seria referir que a única preocupação que tiveram foi Impingir-mas sem a mais pequena preocupação se me iriam ser úteis ou não. Ainda durante este período propuseram, sem meu conhecimento, a entrada para um centro de reabilitação de cegos, encontrando-me na altura sem as mínimas condições, pois além de incapacitado fisicamente me encontrava sem próteses oculares, dentárias e de membros superiores, pois ainda vivia na ilusão de que estas ser-me-iam extraordinariamente úteis.

Vendo a forma desinteressada e a incompetência com que me manobravam, solicitei a minha ida à Alemanha, a qual me foi negada dizendo-me que não recebiam cegos.

A vida continuou cheia de atribulações e eu a sentir-me cada vez mais frustrado e sem conseguir descortinar uma saída para a minha reabilitação e reintegração.

Com outros deficientes visuais tentámos com sucessivos contactos, a anulação da alínea M na tabela de incapacidades que nos impedia perante o Dec. Lei 210/73 a continuidade e reintegração nas Forças Armadas. Até que surgiu a resolução para este e muitos outros problemas com o movimento das Forças Armadas. E continua sem a mínima reabilitação e completamente dependente de terceiros.

Com a minha ida à Alemanha, 3 anos e meio depois do meu acidente, toda a minha vida tomou novo rumo. A minha reabilitação física e psicológica começou na verdade. Um trabalho organizado e eficiente. Foram-me fornecidos um par de próteses para membros superiores, próteses oculares, que ao contrário das que me foram fornecidas pelo

Hospital Militar não eram rejeitadas pelas minhas cavidades oculares e prótese dentária que, ao contrário das que me foram feitas no Hospital Militar, não me causarão problemas, em princípio em toda a minha vida. Também na Alemanha me foi feita, uma pinça no coto direito, com uma extraordinária orientação técnica, não só para o óptimo funcionamento da mesma como também para o aumento da sensibilidade nos cotos, o que foi conseguido duma forma francamente positiva.

Com o contacto com outros deficientes e particularmente com cegos biamputados alemães, foi-me dado tomar conhecimento das minhas possibilidades, tendo, desde logo, começado com a minha auto-reabilitação, tendo conseguido, hoje uma independência quase completa. Com o estudo e concretização de diversas adaptações e modificações no meu vestuário consegui esta tão desejada independência, faltando-me apenas ultrapassar um grande obstáculo — deslocar-me sozinho.

Regressando um ano depois a Portugal, cheio de ideias, entusiasmo e boa vontade desde logo optei pela continuidade no activo e solicitei a minha entrada num centro de cegos. Tendo conseguido resolver o problema da adaptação para a minha bengala e depois de meia dúzia de aulas de mobilidade com o respectivo técnico da Fundação Sain, ultrapassei este terrível obstáculo, sendo agora completamente independente neste campo.

E, embora a minha integração nas Forças Armadas não esteja ainda completamente concretizada, encontro-me colocado na E. P. C. aonde irei dirigir a secção de Relações Públicas, um pequeno jornal existente nesta unidade e um presumível programa radiofónico, sendo posteriormente monitor da lingua de Inglês para o qual me encontro a tirar o curso.

Com tudo o que foi referido se deduz que me encontro reabilitado física e psicológica e profissionalmente dentro de breves meses com toda a certeza.

## Conclusões

Para a completa reabilitação dum deficiente, particularmente grande deficiente, são absolutamente necessários centros de reabilitação dotados de instalações à altura, técnicos competentes e dedicados à causa dos deficientes.

(Continua na 8.ª pág.)

# PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO A CRÍTICA. A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESETA A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTÁ CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR. PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTÁ-LA / EM SEGUIDA

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

## A CULTURA É UMA ARMA

Publicámos no número anterior um artigo com o título em epígrafe. Depois dessa publicação, nasceu em nós a ideia de criarmos uma nova secção no nosso «ELO», cujos trabalhos estivessem subordinados ao tema: **A CULTURA É UMA ARMA**.

E assim, o artigo publicado no número anterior do «ELO», seria a «primeira pedra» para os trabalhos que iremos inserir nesta nova rubrica.

Já mantemos uma PÁGINA CULTURAL e uma secção de perguntas, no âmbito cultural específico. Esta será uma nova rubrica que irá completar as duas já existentes

Nesta rubrica incluiremos trabalhos sobre história, geografia, filosofia, cultura geral, etc. O tema deste mês é o:

### KU KLUX KLAN

Nas últimas semanas os órgãos de comunicação social têm noticiado actividades de Ku Klux Klan junto da fronteira com o México.

Mas, que é o Ku Klux Klan?

É a esta pergunta que passaremos a responder.

### UM POUCO DE HISTÓRIA

Com o início dos descobrimentos uma nova era nasceu — a era colonial. A descoberta de novos continentes era acompanhada de subjugação dos povos aos descobridores. À excepção de uns quantos territórios que não eram povoados — caso dos arquipélagos da Madeira e Açores, entre outros — as novas terras passavam a pertencer ao reino que financiava a expedição.

A América esteve sujeita ao regime colonial, e foi povoada de maneira mais ou menos semelhante às outras colónias. Os povoadores da América ao entrarem em litígio com a coroa britânica conseguiram a emancipação, isto é, devido às desavenças entre Londres e a Colónia, esta tornou-se independente.

No regime colonial, os povoadores — colonos — poderiam apropriar-se da quantidade de terreno que quisessem. Foi assim que à data e posterior à independência da América existiam os latifúndios — ranchos. Estes latifúndios assentavam, principalmente, no trabalho dos escravos, arrancados à África e vendidos nesa colónia, aliás como em qualquer outra.

Com a proclamação da independência da América e com o renovar das ideologias, chegamos ao ano de 1863 em que o então presidente da América — Lincoln — cria um decreto tendente a acabar com a humilhante vida a que eram sujeitos os escravos. O decre-

to que teve o nome de Proclamação da Emancipação, restituía à liberdade os até então escravos.

Os latifundiários — rancheiros — cuja prosperidade assentava precisamente no trabalho efectuado pelos escravos, revoltaram-se contra a Proclamação da Emancipação.

Cabe acrescentar que os ranchos se situavam no Sul do país, nos Estados Confederados.

Como acima apontamos, e facilmente se deduz, os brancos do Sul pretenderam ignorar o decreto de 1 de Janeiro de 1863. Depois de esgotadas todas as tentativas para a anulação da Proclamação da Emancipação, restava uma única via que permitisse aos proprietários dos grandes ranchos continuarem com a mesma forma de vida. Essa via era a guerra. E assim, o jovem país recentemente saído duma guerra, em que tinham derrotado o exército colonial britânico, vê-se novamente envolto em sangue.

As esperanças dos sulistas — Confederados — era a de, vencendo a guerra, poderem impôr as condições por eles pretendidas, e ao mesmo tempo separarem-se da União.

Tal não aconteceu. No dia 7 de Abril de 1865, o general Robert E. Lee, nomeado no dia anterior comandante-chefe dos Exércitos Confederados, recebia uma mensagem em que o general unionista Grant lhe exigia a rendição. Sabendo a guerra perdida, e os sonhos vitoriosos terminados, dois dias mais tarde, Lee

rendia-se com os 27 805 homens que tinha sob o seu comando. A cerimónia da rendição realizou-se na sala do tribunal de Appomattox, no Estado da Virgínia.

Estava dado o primeiro passo para o reconhecimento da derrota dos Confederados.

No dia 18 de Abril do mesmo ano, o general Joseph Johnston comandando 31 243 homens assinou a paz em Durham Station, Carolina do Norte. Os exércitos de Lee e Johnston compreendiam o grosso que restava dos Exércitos Confederados, e assim os Estados Confederados deixavam de existir como nação independente, passando a estar sujeitas às leis do Governo central.

Evidentemente, que os confederados não podiam acatar as leis emanadas pelos unionistas uma vez que entre eles se encontrava a Proclamação da Emancipação, e outras mais, que iam claramente contra os seus interesses.

Para os brancos do Sul era necessário continuar-se a lutar para que se mantivessem os seus privilégios. Era necessário formar-se uma resistência contra as leis «imorais». (Entenda-se por leis «imorais» aquelas que restituíam os negros à liberdade, com direito a voto, à propriedade, etc.).

Como facilmente se deduz, os sulistas foram derrotados militarmente mas não ideologicamente. Aliás seria utopia pensarmos que a derrota militar implica derrota ideológica.

(Continua na 8.ª pág.)

## OS LOBOS

Os lobos vieram, desceram  
P'las estradas, vilas e ruas  
Uivaram, destruíram, mataram  
Nas noites quentes, escuras.

Como chacais sangrentos,  
Sedentos de sangue e morte  
Semeando ais, lamentos  
Em Portugal de sul a norte.

Ardem searas ao vento,  
Puxadas p'lo vento Suão;  
Ouvindo-se a cada momento  
Crianças gritando por pão.

Morta e fria aqui jaz,  
Hirta, uma branca pomba  
Era o símbolo da Paz,  
Da Paz que não há sombra.

Punho cerrado, braço erguido  
Gritando: Morte ou Liberdade!  
Sem um lamento ou gemido  
Para todos a Igualdade.

ANA BELA DE C. SANTOS

## UMA RAZÃO

Descobrir é caminhar  
com a alma cheia de cantigas.

Vida de tantas vidas  
por entre o silêncio  
e a madrugada...

Por entre a chuva e o vento  
procurando algures no tempo  
uma razão para viver.

Razão para renovar  
onde amar não tem sentido.

Onde os homens não sentem  
uma flor pela manhã  
no sol de todos os dias.

VÍTOR LUÍS GRILO

## O MEU PAÍS, A MINHA VONTADE!

Vontade de ser livre  
para poder viver,  
foi coisa que pensei  
logo depois de me conhecer.

Mas o país me atirou  
para os braços da circunstância,  
e logo me fez tremer  
no curso da minha infância.

Tive vontade de descobrir  
sem conseguir.

Tive a vontade de comer  
sem mastigar.

Tive a vontade de sorrir  
p'ra me mentir.

Tive a vontade de amar  
p'ra encontrar.

Tive vontade de falar  
mas o poder

mandava-me calar!

Tive vontade p'ra tudo  
mas onde ganhei a vontade  
foi a pensar!

Ganhei um prémio móvel  
porque era o melhor  
a correr!

Ganhei uma camisa Terylene  
e um frasco de Pantene

p'ra fazer brilhar o cabelo  
do meu relógio

a brincar.

— Eu não sabia as horas da vida! —  
Guiava-me pelos ponteiros

da sociedade perdida!

Eu jurei revoltar-me  
mas não tinha país

p'ra me aconselhar!

Eu jurei fugir  
mas tive medo

de embarcar!

— Fiquei preso pelo fio da indiferença! —

Encontrava-me na rua,  
no café,  
ou no salão,  
com os amigos de então,  
para engrossar o número,  
da indiferença!

Acenei à liberdade  
em manifestações de ansiedade!

Assisti à repressão  
da polícia e do cão!

Fiz parte dum panfleto  
que lhe chamavam subversão!

Fui p'ra tropa,  
não fui à guerra,  
— não sei combater contra irmão! —

E os dias foram passando  
sem que nada acontecesse!

Mas a 25 do mês,  
de Abril que o mundo me deu,  
entrou no meu coração  
a bem fresca melodia  
duma canção que abriu,  
o romper de um belo dia!

Depois:

encontrei-me na cidade,  
em casa,

na rua,  
no trabalho,

no campo,  
na aldeia,

no meio de tantos amigos  
que ganhei logo vontade

de gritar (pulmões perdidos):

— dá mais vida à liberdade! —

ANGELO TEIXEIRA

# HABILITAR A SOCIEDADE A REABILITAR OS DEFICIENTES

Transcrevemos neste número mais um artigo da série que o «Jornal de Notícias» tem vindo a publicar sob o título «Habilitar a Sociedade a Reabilitar os Deficientes». O artigo que a seguir transcrevemos diz respeito muito especialmente aos deficientes sinistrados no trabalho.

Como se disse, o decreto-lei n.º 668, de 24 de Novembro de 1975, actualizou as pensões dos sinistrados do trabalho, beneficiando cerca de 32 mil pensionistas, mas só nos casos de incapacidade igual, ou superior a 30%. As viúvas ficaram com uma pensão mensal de 1050\$00, quando a sua idade fosse igual ou inferior a 65 anos, e com 1400\$00 depois dessa idade. Os próprios sinistrados ficaram com pensões que conforme o grau de incapacidade, vão de 70 a 2800 escudos.

Os pequenos sinistrados não beneficiaram desse diploma, o que é manifestamente injusto no entender da A. N. D. S. T., até porque as avaliações de incapacidade se fazem através de tabelas antiquadas. Mas, de facto, houve, para os grandes sinistrados, ou suas viúvas, uma melhoria de situação, no entanto apenas porque a situação anterior era simplesmente vergonhosa. Por exemplo: em 1974, havia uma viúva que recebia 62\$50 por mês e uma outra 46\$00. Um trabalhador que perdera em serviço uma perna recebia 48\$00 por mês. Sobre este fundo de injustiça clamorosa e após a luta da A. N. D. S. T., o Governo legislou. Mas passou-se apenas do escândalo para a injustiça.

Porque são ainda possíveis situações como esta: um camponês de 73 anos de idade, cego do olho direito e vendo mal do esquerdo, recebe de pensão 101\$00 mensais. A sua incapacidade foi avaliada, em 1972, em 29,8%. Ele não pode, pois, beneficiar da legislação do 6.º Governo que actualizou as pensões.

A A. N. D. S. T. pediu uma nova inspecção médica para ver se é possível elevar a percentagem para 30 ou mais por cento. Mas se a inspecção médica, neste caso, fosse de 1970 ou anterior, já o sinistrado em referência não podia beneficiar de nova inspecção e de um aumento de pensão, pois o decreto-lei n.º 668/75 não permite rever o exame médico depois de cinco anos antes de 1971 e depois de dez anos a partir de 1971.

Mas há casos piores: um ferreiro, com 39 anos de idade, cego do olho esquerdo, estropeado em acidente de trabalho, recebe a pensão de 141\$00 mensais. A sua incapacidade foi calculada, em 1960, em 27,1%. Já não é possível repetir o exame médico e portanto actualiza a pensão. A lei condena este homem à miséria.

Há muitas outras espécies de injustiças que se safam pelas malhas, muito abertas, da lei. Uma das vítimas dessa situação é o sr. Leonídio Frutuoso Fonseca, natural de Viseu, mas residente em São Pedro do Sul. Tem 47 anos de idade, é, ou era, pedreiro, mas ganhou, num acidente de trabalho, várias lesões que o invalidaram por completo. Andava numa cadeira de rodas. Uma junta médica de Viseu atribuiu-lhe, em 1971, uma incapacidade de 100%. Apesar disso, não recebe qualquer pensão, pois o patrão, sr. Graciano Lourenço Baptista, também de Viseu, embora condenado em tribunal a pagar uma pensão vitalícia, não a paga. Aliás, ele não tinha seguro.

A injustiça de não receber pensão, acrescenta-se a de não ser recuperado.

A A. N. D. S. T. está convencida de que ele pode ser recuperado 100% para outra profissão e deseja garantir-lhe esse direito.

Outro caso: um canteiro,

agora de 62 anos de idade, fracturou, em 1936, a coluna vertebral, tendo-lhe, então, sido atribuída a incapacidade de 100%. Antes do decreto-lei de 1975, recebia uma pensão de 120\$00. Agora recebe uma pensão de 2800\$00, ou seja, o máximo que a lei permite. Já não pode ser recuperado. Tinha 16 anos quando se feriu. Ficou solteiro. Quem quiserá agora, com o que dos 2800\$00 sobre dos gastos pessoais do sinistrado, cuidar da sua pessoa, ampará-lo na velhice? Aqui só já interessa a pensão, pois é de todo impossível recuperá-lo.

É infundável a série de casos de injustiça. Uma mulher de Penafiel, doméstica, de 38 anos de idade, paraplégica depois da fractura da coluna vertebral, com 100% de incapacidade atribuída em 1963, recebia de pensão apenas 249\$00, importância que não foi aumentada, como devia,

depois do decreto-lei de 1975. Razão (ou sem-razão); está internada na Casa de Saúde de «A Mundial», no Porto.

Segundo me disseram os dirigentes da A. N. D. S. T., aquela companhia seguradora não participou ao Tribunal do Trabalho a existência deste caso. Porque nesse hospital nada fazem para a reabilitar, a Associação tinha assentado no propósito de garantir-lhe a reabilitação ainda possível.

Para que a A. N. D. S. T. defenda a justiça destes sinistrados, seria necessário que o Governo a ajudasse a ela. A Associação pediu um subsídio ao Ministério dos Assuntos Sociais para poder recrutar funcionários e montar uma escola de aprendizagem de novas profissões e cursos de alfabetização. O pedido foi feito há mais de um ano — disseram — mas até hoje nada receberam. O pedido era de 1200 contos como investimento, e de 300 contos mensais para despesas com funcionários, médicos, advogado e assistente social.

Sem esta ajuda, a A. N. D. S. T. pouco poderá empreen-

der. A não ser que os sinistrados do trabalho que têm ainda algumas possibilidades a apoiem. Em menos de um ano, o número de sócios ascendeu a 800. Ora os deficientes do trabalho são dezenas de milhar, centenas de milhar. Portanto, devem filiar-se na sua Associação, devem apoiá-la, ajudá-la a que ela os ajude a resolver os seus problemas.

Infelizmente, um grande número de deficientes ignoram a existência desta Associação, aqui na Rua de S. Dinis 44, telef. 28911, no Porto. E os seus objectivos e a sua actuação são pouco conhecidos. Mas depende do interesse dos deficientes e da sua unidade e apoio a esta Associação, para que ela dinamize, num plano concertado com outras organizações, a vida colectiva dos deficientes do trabalho.

## AOS SÓCIOS

SABEMOS QUE ALGUNS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO NÃO RECEBEM O JORNAL «ELO», ASSIM COMO A CORRESPONDÊNCIA QUE LHE É ENDEREÇADA PELA ADFA. TAL MOTIVO DEVE-SE, EM REGRA, AO FACTO DE OS ASSOCIADOS TEREM MUDADO DE RESIDÊNCIA E NÃO TEREM INFORMADO A ASSOCIAÇÃO.

NO SENTIDO DE OS SÓCIOS, NO CASO DE MUDANÇA DE RESIDÊNCIA, NÃO PERDEREM O CONTACTO COM A ADFA, DEVEM COMUNICAR À DELEGAÇÃO A QUE PERTENCEM OU À SEDE DA ASSOCIAÇÃO A NOVA MORADA.

## SEMINÁRIO DE DESPORTO PARA DEFICIENTES QUE RESULTADOS PRÁTICOS?

Volvidos dois meses após a realização do Seminário de Desporto e Tempos Livres para Deficientes, que se realizou no Penta Hotel em Lisboa, e feito um balanço sobre as repercussões deste seminário no mundo dos deficientes e da reabilitação no nosso País, esta realização aparece já como uma recordação muito distante no tempo.

Um certo espírito que pairou (ou quase dominou) no Seminário parece ser bastante realista em rela-

deficientes a exigirem condições para praticarem desporto, na sequência do Seminário, também ainda não surgiram.

Entretanto os ensinamentos e conclusões do Seminário, que deveriam ser aproveitados, correm o risco de passarem ao esquecimento sem qualquer aplicação prática.

Pelo nosa parte, ADFA, faremos os possíveis para aproveitar o máximo deste Seminário (embora tivéssemos sido estranhos à sua



Os deficientes em exercícios de natação

ção à realidade dos deficientes em Portugal. Esse espírito, e não só, pois afirmações houve que significaram a sua materialização, defendia que o desporto para deficientes era o seminário em si e que, se mais desporto os deficientes pretendessem, mais seminários havia que fazer.

Infelizmente parece tudo indicar que assim é. Medidas que na sequência do Seminário eram esperadas não surgiram; movimentos e organizações de

organização), quer através da prática do desporto para deficientes na Associação, que se desenvolverá cada vez mais, quer através da divulgação do que foi tratado no Seminário sobre desporto para deficientes, divulgação que estamos a fazer através das páginas do «Elo». Assim, conforme aconteceu já no número anterior, neste número transcrevemos, noutra local, mais uma comunicação de um dos participantes do Seminário.

## EDUCAÇÃO E ENSINO ESPECIAL

A criança deficiente é, antes de mais, uma criança e como tal tem direito a uma educação adequada.

### É PRECISO QUE SE SAIBA

O baixo nível sócio-económico e cultural, a grande percentagem de analfabetismo, as más condições de habitação, as graves carências de habitação, as graves carências alimentares, a falta de estruturas de saúde com incidência no aspecto preventivo e acompanhamento materno-infantil.

Legaram-nos um quadro dramático no campo da deficiência.

Os deficientes, na sua grande maioria provenientes das classes trabalhadoras mais desfavorecidas, são vítimas do sistema social mantido pelo fascismo.

Há uma ausência quase absoluta de dados estatísticos sobre deficientes porque:

- O fascismo não estava interessado em profundas acções de rastreio.
- O panorama dramático no quadro da deficiência era (é) uma denúncia e acusação ao sistema social mantido.
- O fascismo não tinha nem estava interessado em assegurar respostas aos problemas levantados

Verificada a falta de elementos estatísticos e aplicando em Portugal percentagens encontradas noutros Países e sujeitos portanto a grandes margens de erro, deparamos com o seguinte quadro calculado apenas na base do número de crianças ds 0 aos 14 anos.

Crianças com direito a uma Educação Especial:

— 583 359 — Número sujeito a grande margem de erro (provavelmente muito maior).

GRUPOS CONSIDERADOS	PERCENTAGENS NA POPULAÇÃO ESCOLAR	NÚMERO APROXIMADO	NÚMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS EM 1972/1973
Com dificuldades escolares incluindo débeis ligeiros	cerca de 15 %	235 653	1650
Deficiência intelectual Média	2,5 %	39 235 (a)	2200
Deficiência intelectual profunda	0,3 %	4 713	600
Deficiência visual (menos 0,3 de visão)	1 por 500	3 142 (cerca de 1200 com cegueira total)	700
Deficiência auditiva	1 a 2 em cada 10 de 5 %	11 782 (cerca de 1000 com surdez total)	992
Deficiência Motora	4 por 1000	6 000	412
Deficiência de Fala	5 %	78 557	
Crianças adaptadas sociais ou com perturbações emocionais	perturbação ligeira 10 % » graves 3 %	157 102 47 130	1400
TOTALS		583 359	7954

a) Segundo publicação de especialistas portugueses e só referentes a este grupo (deficiência intelectual média) o número em Portugal poderia ir até 65 000.

Para conhecer a verdade total e minorar essa realidade impõe-se um rastreio por grupos de deficiências e sua distribuição geográfica.

— Grande período de sensibilização e esclarecimento para uma profilaxia de deficiências, nas famílias e população em geral.

— Criação de Serviços médico-básico-pedagógicos capazes de realizar a observação, diagnóstico, orientação e tratamento das crianças.

— Pessoal técnico especializado no campo da saúde e do ensino.

— Assegurar a coordenação de acções dos Serviços de Saúde, segurança social, ensino e sectores mais ligados ao mercado do trabalho.

— Alargamento progressivo da Educação Especial que permita uma real cobertura do País e elimine os estabelecimentos particulares com fins lucrativos.

— Apoio intenso com meios humanos e técnicos ao movimento do País surgido após o 25 de Abril (CERCI) Centros de Educação para Crianças Deficientes Intelectuais).

# ÁFRICA DO SUL

O dirigente negro Steve Biko percorreu mil quilómetros completamente nu na retaguarda de um «jeep» da Polícia de Segurança na noite que antecedeu a sua morte.

As circunstâncias da última viagem do activista sul-africano foram reveladas durante o inquérito que decorre em Pretória, quando o advogado da família Biko, Sydney Kentridge, insistiu repetidamente com a Polícia de Segurança sobre um incidente crucial em que dois dos agentes tiveram que dominar o preso quando ele os atacou.

Kentridge anunciou que ia apresentar uma declaração ao inquérito, no sentido de que Biko tinha sido violentamente «espancado» enquanto a Polícia de Segurança o manteve detido para interrogatórios.

De acordo com o relatório do patologista, o activista subiu a ferimentos na cabeça e lesões cerebrais.

Kentridge, durante a inquirição:

«Começa a tornar-se duvidoso, em vista dos testemunhos, que a luta tenha decorrido conforme a descrição dos oficiais.

Na véspera da sua morte, Biko foi encontrado jazendo na sua cela, com a boca a espumar. Mais tarde, no mesmo dia, foi colocado num «jeep» e levado de Port Elizabeth, na costa meridional da África do Sul, para um hospital prisional em Pretória.

O advogado perguntou ao capitão Daniel Sibert um dos agentes que interrogou o dirigente negro e o levou para Pretória, porque motivo fizera Biko a viagem nu.

Resposta de Sibert: «Para que não escapasse.» Kentridge acusou o capitão

de ter dito aos oficiais do hospital prisional que Biko estava a fingir, muito embora uma assistente hospitalar receasse que o preso estivesse a morrer.

O advogado centrou a maior parte da sua inquirição nos motivos que levaram os interrogadores da Polícia de Segurança e acorrentar de pés e mãos o prisioneiro a uma grade do seu escritório, durante 48 horas.

Depois de um prolongado duelo verbal com o coronel Pieter Goosen, chefe da Polícia de Segurança de Port Elizabeth, Kentridge perguntou:

«De onde lhe vem o seu poder? Mostre-me um papel que lhe dê o direito de manter um homem acorrentado. Ou está o senhor acima de lei?»

O coronel respondeu que não trabalhava sob estatutos.

«Era o que todos nós suspeitávamos» — comentou Kentridge. E perguntou depois:

«Conservaria um cão acorrentado durante 48 horas?»

«Se o cão fosse um perigo, fá-lo-ia.»

Kentridge:

«O senhor efectivamente venceu, coronel Goosen. Biko nunca saiu das suas mãos. Quando saiu, Biko estava a morrer.»

## NOVAS TAXAS DE JUROS PARA EMPRÉSTIMOS DOS SSFA

Por despacho do vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, de 5 de Setembro, foram estabelecidas as prioridades com a aplicação de uma taxa complementar para cada grau de prioridade, sobre os empréstimos a conceder pelos Serviços Sociais das Forças Armadas aos seus associados.

Assim as taxas de juros sobre empréstimos, que variavam entre 6 por cento e 8 por cento, passam agora



«Assim é que eu vos ensino...» (Liberation News Service)

## ARMAS NÃO

É apreensão do homem comum, a quantidade exagerada de armas que anualmente se produzem.

Na esmagadora maioria dos países, as verbas dispendidas com o armamento são em muito superiores às destinadas à educação ou à saúde.

Chegou-nos a notícia que a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprovou duas resoluções visando travar o desenvolvimento de novas armas de destruição maciça. Uma das resoluções votadas notava que em 1948 a ONU definira armas de destruição maciça como aquelas de efeito destrutivo comparável ao das bombas atómicas e de hidrogénio ou armas químicas e biológicas letais. A moção convida todos os Estados a deixarem de desenvolver novas armas desse tipo, baseadas em novos princípios científicos. Pede também aos governos para aplicarem descobertas científicas em benefício da humanidade.

A segunda resolução solicita à conferência da Comissão do Desarmamento que elabore o texto de acordo destinado a proibir o desenvolvimento e fabrico de novos tipos e sistemas de armas. Convida também os Estados a absterem-se de acções que poderão obstruir negociações internacionais visando chegar a tal acordo.

## Encontro de futebol PORTUGAL-BRASIL a favor de crianças deficientes

Segundo o «Primeiro de Janeiro», de 26 de Outubro passado, poderá realizar-se em breve um encontro de futebol entre «velhos craques» de Portugal e do Brasil em benefício de crianças deficientes.

Esta ideia foi lançada nos «écians» da televisão por Pelé e Raul Solnado durante o programa «A Visita da Cornélio».

A ideia, segundo o jornal citado, está a ganhar forma prevendo-se uma outra iniciativa suplementar, juntar os juniores de Portugal e do Brasil para um desafio.

a variar entre 6 por cento e 18 por cento.

A primeira prioridade estabelecida pelo referido despacho diz respeito a doença, falecimento e similares; a segunda prioridade diz respeito a aquisição de mobilidade; a terceira a encargos de despesas imprevistas derivadas do acto de compra ou construção de habitação própria; a quarta a encargos com reparação de habitação; a quinta a aquisição de electrodomésticos e a sexta e última diz respeito a encargos diversos (dívidas, casamentos, divórcios, etc.).

Entretanto a taxa de juro varia ainda conforme o posto do sócio, sendo uma oscilação de 2 por cento entre oficiais generais e praças.

O quantitativo do empréstimo é equivalente a duas vezes o vencimento.

O prazo de amortização do empréstimo é de 24 meses, excepto para 2.ª furriéis e praças que é de 36 meses.

## RODÉSIA

A Frente Patriótica do Zimbábue reafirmou, uma vez mais, em Lusaca que, contrariamente às propostas britânicas, não serão realizadas eleições na Rodésia antes da proclamação da Independência, e muito menos antes do estabelecimento de um governo de transição para um de maioria negra.

A exigência principal da Frente Patriótica do Zimbábue ou seja, a desmontagem da máquina da máquina do Império da Suda não seria a realização de manobras eleitorais, como sugeriu recentemente Joshua Nkomo, um dos líderes da Frente.

Em alguns países vizinhos, particularmente em Moçambique e na Zâmbia a atitude da Frente Patriótica é inteiramente aprovada.

Observadores políticos nesses países sublinham que realizar eleições antes das transformações fundamentais significaria que o actual aparelho repressivo rodésiano fiscalizaria o acto, o que significaria a sua realização em condições puramente coloniais.

# CHILE — FASCISMO TREME

O peso das chamadas medidas de austeridade impostas ao Povo do Chile pelo regime dos generais-assassinos comandados pelo sanguinário Pinochet agrava-se de dia para dia até quase sufocar todo o Povo marterizado do Chile.

Segundo o jornal londrino «Financial Times», especializado em questões económicas, existe uma «subnutrição generalizada e cortes do governo nas despesas com a saúde pública que em 1972 não excedia os 55 por cento do que se gastava em 1972».

Recordamos os nossos leitores que em 1972 estava à frente dos destinos do Chile o governo de Unidade Popular, chefiado por Salvador Allende, barbaramente assassinado como milhares de patriotas que queriam um Chile livre e senhor dos seus destinos.

Ainda segundo aquele jornal londrino «as despesas com a educação diminuíram em 41 por cento durante o mesmo período e, no próximo ano, o ensino secundário deixará de ser gratuito, tornando-o assim inacessível à enorme massa de crianças pobres do país».

Ainda segundo o «Financial Times», esta situação fez aumentar a oposição ao regime, o que levou o assassino Pinochet a tomar uma posição defensiva.

O jornal britânico não especifica, talvez até por falta de dados, qual a posição defensiva que irá ser adoptada por Pinochet, mas somos levados a crer que essa posição defensiva se traduzirá num maior aumento da repressão que atinge a quase totalidade dos chilenos

Embora isolado pelo Mundo, que condenou Pinochet, a junta militar fascista vai recebendo «balões de oxigénio» que lhe permitem a continuação da usurpação do poder.

O movimento popular de resistência antifascista é cada vez mais forte, o que faz temer os carascos do Povo do Chile pois sabem que a vitória popular é inevitável

## DEFINIDA E INSTITUCIONALIZADA A COMISSÃO DA CONDIÇÃO FEMININA

A Comissão da Condição Feminina passa a ser institucionalizada e definida organicamente através do Decreto-Lei 485/77 de acordo com o princípio constitucional de redefinição do estatuto da mulher na sociedade portuguesa. De acordo com os princípios constitucionais são garantidos aos homens e às mulheres a mesma dignidade so-

cial e igualdade perante a lei. A constituição reconhece ainda o valor social da maternidade, considerada como responsabilidade a ser assumida pela própria sociedade.

A imagem que a Constituição traduz da posição da mulher na sociedade portuguesa está, porém, distanciada da situação real das mulheres portuguesas que continuam discriminadas em maior ou menor grau, na família, no trabalho, na educação e na formação profissional e afastadas da vida cívica e política.

De acordo com o programa do I Governo Constitucional deve ser assumido o compromisso de melhoria de condição da mulher de forma a concretizar rapidamente a abolição das discriminações em função do sexo que ainda subsiste nas leis e na vida social.

Dado o carácter intersectorial da sua acção será estreita a colaboração entre a Comissão da Condição Feminina e os vários departamentos do Estado de acordo com o princípio de que só uma acção conjunta e concertada permite alcançar os objectivos visados.

A Comissão da Condição Feminina, sob orientação do Governo, caberá contribuir para a realização em Portugal do Plano Mundial de Acção para a década de 1976-1985, aprovado na Conferência do Ano Internacional da Mulher, promovido pela organização das Nações Unidas é considerado fundamental para que mulheres e homens assumam corresponsavelmente todas as funções que cabem aos cidadãos aos vários níveis de estruturação social.

O presente diploma engloba quatro capítulos relativos à natureza e atribuições; organização; competência e funcionamento; pessoal e disposições finais e transitórias.

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio de Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA.

### Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Form with fields for Name, Morada, Localidade, PORTUGAL (ANUAL, SEMESTRAL), ESTRANGEIRO (ANUAL, SEMESTRAL), JUNTO ENVIO CHEQUE, VALE DE CORREIO, and a note to mark with X the respective box.

Advertisement for 'OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADFA EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO' with address 'Rua Artilharia Um — Tel. 653593 — LISBOA'.

**VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA**

**DELEGAÇÃO DE COIMBRA**

**DINAMIZAR OS SÓCIOS E CONSCIENCIALIZAR A POPULAÇÃO**

A delegação de Coimbra, orientando o seu trabalho fundamentalmente na dinamização e consciencialização dos seus associados e demais sectores da população, tem continuado a campanha de divulgação da A. D. F. A. Quer através de reuniões com os sócios pertencentes à Delegação, ora promovendo sessões de esclarecimento junto das camadas populares, a nossa Associação vai aos poucos reforçando a sua posição

sendo demonstrado na prática e perante os factos que o problema não reside nos sócios, mas em quem os dirige. Lembramos pue nesse dia e à mesma hora estava a decorrer um jogo de futebol directamente transmitido pela televisão «Portugal-Polónia».

A Delegação de Coimbra realizará este ano uma festa de Natal, dedicada às crianças, filhos dos nossos associados, estando já organizada uma equipa de trabalho

os filhos dos associados.

3 — Informações. Em relação ao primeiro ponto, foram solicitadas aos sócios que o desejem, inscrições para a prática do desporto, sendo-lhes explicado o valor da educação física no campo da saúde e a sua contribuição para a reintegração social. Alguns camaradas pronunciaram-se sobre o ponto em questão, havendo por parte de um camarada, uma das vítimas do trai-

os Deficientes das Forças Armadas vão provando que o deficiente é um ser com direitos e obrigações. Orientando a sua política numa perspectiva socialista, a nossa Associação é uma organização com grandes responsabilidades. A A. D. F. A. é olhada com admiração e respeito por aqueles que se julgavam impotentes; é olhada com medo por aqueles a quem a nossa luta derubou do pedestal. Respeitar quem confia em nós, vigiar quem nos odeia, são tarefas que devemos cumprir

A Delegação de Coimbra deixa bem espessa a certeza de que é um marco, uma fortaleza, orientando o seu trabalho na defesa intransigente dos direitos de todos os seus associados, não temendo todavia a crítica, nem tão pouco deixar de desmascarar tudo e todos que, encobrindo-se com a capa da A. D. F. A., tentem conduzir a nossa Associação para caminhos diferentes dos seus verdadeiros objectivos.

**INSCRIÇÃO DE DEFICIENTES NOS SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS**

As possibilidades de os deficientes das Forças Armadas se inscreverem como sócios dos serviços sociais das Forças Armadas (SSFA) é um direito por estes adquirido com a publicação do decreto-lei 43/76.

Alguns deficientes abrangidos por aquele diploma são já sócios dos SSFA, mas muitos ainda não fizeram a sua inscrição, tendo, muitos deles, interesse em fazê-lo, para gozarem de determinadas regalias que aqueles serviços concedem.

Também os deficientes com doenças de acidentes em serviço têm possibilidades de requerer a sua inscrição nos SSFA. Estes, muito particularmente; beneficiando muito com a sua qualidade de sócio.

A ADFA, tanto na sede como nas delegações, está apta a receber a inscrição dos sócios da Associação nos SSFA, encaminhando-a de seguida para aquele organismo.



no seio das massas trabalhadoras.

Tem sido na verdade uma caminhada lenta, mas profíqua, aquela a que se propôs a nossa Delegação, e os frutos vão aparecendo. Para além do arranque no campo desportivo, já em actividade, outras tarefas estão em vista. No passado dia 29 do Outubro realizou-se, na Delegação da Inatel nesta cidade, uma reunião de associados, à qual compareceu um número apreciável de sócios — 62 — sendo discutidos problemas relacionados com os D. F. A. em geral e da Delegação em particular. Contra as opiniões de certos camaradas, que dizem não haver por parte dos sócios interesse na vida associativa, esta reunião veio provar o contrário.

de que fazem parte os órgãos directivos e outros colaboradores habituais da Delegação

A aproximação entre deficientes e restantes sectores da população é uma questão que tem merecido por parte dos responsáveis uma grande atenção, diremos mesmo, é uma das tarefas fundamentais. Depois do concurso de pesca, realizado em Agosto na Figueira da Foz, outra iniciativa está sendo levada a cabo. Mais uma vez os deficientes irão coniver de forma positiva com trabalhadores e estudantes. Com efeito, através de contactos havidos com os responsáveis de um grupo cultural — «Associação Recreativa da Conraria» chegou-se a um acordo entre a Delegação e aquele grupo popular. Assim os componentes daquela Associação realizarão um espectáculo promovido pela nossa Delegação, do qual farão parte uma peça de teatro e folclore regional.

Voltando à reunião do dia 29 de Outubro, a mesma estava inserida num esquema previamente estabelecido, cuja finalidade é manter os sócios ao corrente da vida associativa. Estavam presentes na reunião, além dos sócios, esposas e filhos de muitos deles. Desta forma, pensamos contribuir para que a luta não seja apenas dos nossos associados, mas de todo o seu agregado familiar, dando-lhes a eles, deficientes, a garantia que não travam uma luta isolada. A família do deficiente deve ter uma consciência de classe, por tal motivo a participação da família nos convívios da A. D. F. A. é de grande importância.

A ordem de trabalhos da reunião foi a seguinte:

- 1 — Análise dos trabalhos a realizar nesta Delegação.
- 2 — Festa de Natal para

coeiro 43/76, uma crítica à delegação, baseando-se no facto de a Associação trabalhar no sentido de resolver o problema económico de todos os camaradas e não perder tempos com futebol. É evidente, trata-se de um ponto de vista, o qual é respeitado pela direcção da Delegação que, como era seu dever, esclareceu o camarada em questão. Ainda falando sobre desporto, os contactos com entidades ligadas ao sector têm sido constantes. A Delegação dirigiu-se através de ofício à Delegação de Coimbra da D. G. D. solicitando a colaboração daquela organização. Em resposta ao nosso ofício, a Delegação foi informada através de telefonema que estava marcada uma entrevista entre elementos da Associação e o sr. dr. Mendes Silva. A reunião efectuou-se na quarta-feira, dia 9 de Novembro, na sede da D. G. D., pelas 19h, estando presentes pela A. D. F. A. os camaradas Silva e Maia, respectivamente presidente e secretário da direcção da Delegação de Coimbra, da A. D. F. A. Ficaram definidos alguns pontos, sendo o mais importante a colaboração activa que a A. D. F. A. vai ter no que diz respeito ao chamado desporto para todos, aqui na zona de Coimbra Efectivamente, a A. D. F. A. não se limitou a pedir a colaboração. Fomos convidados a entrar em torneios de pesca e outras modalidades, tendo o dr. Mendes Silva mostrado interesse que uma equipa de atletismo da A. D. F. A. tomasse parte na manhã desportiva que todos os sábados se realiza no choupal, com a presença de pessoas de todas as idades.

O caminho está aberto. A A. D. F. A. vai desenvolvendo o seu trabalho, que é, no fundo, o trabalho de todo um povo. É na prática que

**23 DE NOVEMBRO**

**UMA DATA A ASSINALAR NA HISTÓRIA DA ADFA**

Em 23 de Novembro de 1974, conforme referido em outros locais deste número, saiu o número zero do «Elo». Também em 23 de Novembro de 1974 teve lugar um outro acontecimento fundamental na vida da ADFA. Neste dia realizou-se uma das mais importantes e concorridas Assembleias Gerais da Associação.

Havia muito tempo (Maio de 1974) que a ADFA havia entregue às entidades competentes um «caderno reivindicativo». A resposta favorável às reivindicações dos deficientes das Forças Armadas não surgiu. Os contactos que os responsáveis da Associação levavam a cabo com os vários responsáveis militares revelaram-se infrutíferos.

Perante isto foi marcada uma Assembleia Geral para serem os próprios deficientes a analisarem a situação em que se encontravam e a deliberarem sobre as medidas a adoptar para poderem atingir os seus objectivos.

Para além das reivindicações de ordem legislativa que a ADFA então havia apresentado às entidades competentes existia também a questão da sede da Associação — até aí instalada em algumas salas do Palácio da Independência. Para que os problemas dos deficientes das Forças Armadas comessem a ser resolvidos, a ADFA havia, em 12 de Novembro de 1974, apresentado um documento ao Primeiro Ministro onde estabelecia um prazo de 10 dias. Esse prazo expirou, sem qualquer resposta, e aconteceu a Assembleia Geral de 23 de Novembro.

Tratou-se da Assembleia Geral da ADFA em que estiveram presentes mais sócios (embora a Associação tivesse na altura ainda um número reduzido de sócios). A Assembleia deliberou que a ADFA passaria a ocupar todas as instalações do Palácio da Independência, devendo a Comissão Liquidatária da Moci-

dade Portuguesa acelerar os seus trabalhos para abandonar definitivamente o Palácio. Deliberou ainda a Assembleia fazer de imediato uma marcha até ao Palácio de S. Bento para aí apresentar directamente os problemas dos deficientes. Tratou-se de uma grande marcha, à qual se foram juntando muitas pessoas ao longo do percurso. Uma vez em S. Bento a Direcção da Associação foi recebida pelo Primeiro-Ministro, Brigadeiro Vasco Gonçalves, tendo resultado daí o início do processo que veio a reconhecer a ADFA como verdadeira e única representante dos deficientes das Forças Armadas no diálogo e colaboração com as entidades militares.

Foi a partir daí, dessa Assembleia Geral de 23 de Novembro de 1974 que a ADFA passou a ter como sede o Palácio da Independência, onde se vêm desenvolvendo todas as actividades da Associação a nível central.



**Os sócios da ADFA têm entrada gratuita no Jardim Zoológico**

Mediante a apresentação do cartão de sócio da ADFA, os deficientes das F. A. têm entrada gratuita no Jardim Zoológico. Esta notícia tem sido já dada em números anteriores do «ELO». No entanto achamos por bem repeti-la, não só para aqueles a quem esta notícia tem passado despercebida, como para os novos sócios que dela ainda não tinham conhecimento. Trata-se de uma pequena regalia de que pode usufruir o portador do cartão de sócio da ADFA.

# VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA

## O ADFA ASSOCIOU-SE À HOMENAGEM DOS MILITARES FALECIDOS

A convite do Governador Militar de Lisboa, a Associação participou, com duas delegações, nas cerimónias de homenagem aos militares falecidos que tiveram lugar no dia 2 de Novembro em Lisboa. Uma delegação da Associação esteve presente na missa na igreja militar da Memória que se realizou no dia 2 às 11 horas; a segunda delegação da Associação esteve presente no cemitério do Alto de S. João, onde teve lugar uma cerimónia também às 11 horas.

No último ano a A. D. F. A. associou-se, pela primeira vez, a esta cerimónia de homenagem aos militares falecidos. Muito embora no programa das cerimónias não estivesse prevista a participação da A. D. F. A., esta esteve presente, correspondendo ao convite do Governador Militar de Lisboa. Este ano, igualmente, não estava previsto no programa a participação da A. D. F. A., e, igualmente, a participação da Associação deveu-se ao convite do Governador Militar de Lisboa.

A Direcção Central da Associação sentiu que a A. D. F. A., afinal representante e defensora dos familiares dos militares falecidos, estava a ser menosprezada ao não ser incluída oficialmente no programa das cerimónias de homenagem àqueles que durante a prestação do serviço militar perderam a vida. Nesse sentido fez sentir o seu descontentamento junto do Governo Militar de Lisboa.

Assim, pela segunda vez, a A. D. F. A. associou-se a estas cerimónias do dia de finados e associar-se-á no próximo ano e nos seguintes se as mesmas cerimónias continuarem com o cunho que lhes foi dado estes anos. E deixaria de associar-se se, certamente, elas voltassem a ter o cunho de antigamente, se voltassem a ser uma oportunidade (o que esperamos bem que não aconteça) de os vivos (alguns) se servirem daqueles que, agora mortos, haviam sido utilizados para servir interesses que não os deles próprios, quando vivos. Certamente que esses

tempos não regressarão (e para isso contribuiremos nós também), porque se regressassem, se se aproveitasse o dia de finados para exaltar o heroísmo daqueles que tomaram pela Pátria, fazendo da oportunidade um momento de exaltação da guerra colonial e da sua justiça, então, sendo assim, a A. D. F. A. não poderia participar em tais cerimónias. Antes as denunciaria e a elas se oporia com a força das viúvas, pais e órfãos daqueles que perderam a vida numa guerra que nada lhes dizia e que neste momento são sócios da A. D. F. A., através dela procurando resolver a difícil situação em que se encontram de-

vido ao desaparecimento do militar.

A A. D. F. A. associou-se às cerimónias realizadas na área da Região Militar de Lisboa, porque as mesmas são caracterizadas, no próprio programa, como «revestindo-se de um cunho de simplicidade e dignidade». E nós, os que não perdemos a vida, mas ficamos deficientes, e os que perderam os seus entes mais chegados, nós, massa associativa, não esquecemos os mortos, temos-os presentes na nossa memória no dia de finados e nos restantes dias do ano, assim como não esquecemos a difícil situação em que se encontram muitos familiares dos que morreram, tentando minorar as suas dificuldades através da criação de medidas próprias.

### CARTÕES DE DFA

Tem sido bastante elevado o ritmo com que têm sido atribuídos cartões de D.F.A. aos deficientes das F. A. abrangidos pelo decreto-lei 43/76. Em 1 de Agosto passado, de acordo com uma nota da Repartição Geral do Serviço de Pessoal do Ministério do Exército, haviam sido já atribuídos por aquele serviço 2500 cartões de D. F. A.

Todos os deficientes das F. A. abrangidos pelo decreto-lei 43/76 têm todo o interesse em obter, o mais rápido possível, o seu cartão de D. F. A., a fim de poderem usufruir dos direitos consignados naquele diploma. A entidade que emite estes cartões, para os deficientes do Exército, é a Repartição Geral da Direcção do Serviço de Pessoal do Ministério do Exército.

A A. D. F. A. tem vindo a colaborar com aquela Repartição Geral, servindo de intermediária entre este serviço e os deficientes na emissão dos cartões. Assim, os sócios da Associação têm a possibilidade de tratar directamente da obtenção do seu cartão de D. F. A. junto da A. D. F. A., sem terem necessidade de se deslocarem à Repartição Militar competente.

## FUNCIONAMENTO DA DELEGAÇÃO DE VISEU

Vários deficientes e familiares de falecidos, por motivos diversos, não podiam deslocar-se nos dias úteis a esta Delegação.

A Direcção da Zona Centro, consciente desse facto, procurou a melhor solução para o problema, ouvindo, para o efeito, os trabalhadores, principais interessados.

Assim, foi decidido abrir a Delegação aos sábados e à noite, passando a Delegação a funcionar com o seguinte horário:

### DE SEGUNDA A SÁBADO

Abertura — 09.00 h.

Almoço — 12.30 h. às 14.00 h.

Fecho — 18.30 h.

### A NOITE

Abertura — 20.30 h.

Fecho — 23.30 h.

O funcionamento aos sábados, durante o dia, será assegurado pelo camarada Pina.

O funcionamento nocturno será assegurado pelo Madeira.

A Delegação tem em funcionamento um bar que está à disposição dos sócios e familiares ou seus amigos. No bar podem ser servidos cafés, bebidas e refrigerantes bem como sandes.

## DELEGAÇÃO DA ADFA DE SETÚBAL TEM PROGRAMA DE ACÇÃO DEFINIDO

São os seguintes os pontos fundamentais do programa de acção da direcção da delegação de Setúbal traçado para orientação durante o seu mandato:

1 — Detectar e referenciar deficientes não localizados.

2 — Apoiar moral e materialmente todos os deficientes das Forças Armadas.

3 — Dinamização dos deficientes das F. A., incutindo-lhes um verdadeiro espírito de grupo.

4 — Promoção social dos deficientes das F. A.

5 — Mentalização dos trabalhadores da Cintura Industrial de Setúbal, através das Comissões de Trabalhadores, Comissões de Delegados Sindicais, Sindicatos e Serviços de Pessoal das empresas, quanto à problemática dos Deficientes das F. A. e da necessidade da sua inclusão na actual sociedade portuguesa.

6 — Colocação de de-

ficientes das F. A. em empresas da Cintura Industrial de Setúbal.

7 — Aproveitamento dos órgãos de comunicação social para a divulgação dos nossos projectos e esclarecimento da população acerca do trabalho que pretendemos realizar.

### A ADFA RECEBEU MAIS UMA DOAÇÃO

Uma amiga e colaboradora da Associação, que pretendeu manter o anonimato, doou, recentemente, os seus bens à A. D. F. A.

Reiteramos aqui o reconhecimento que a Direcção da Associação já directamente lhe expressou por este gesto de total dedicação à causa dos deficientes das Forças Armadas.

## DIUTURNIDADES DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Finalmente podemos informar os sócios sobre a aplicação do decreto-lei n.º 341/77 de 19 de Agosto no que diz respeito à atribuição de diuturnidades.

Depois de interpretação

feita pela Caixa Geral de Depósitos deste diploma, as diuturnidades serão atribuídas aos deficientes das Forças Armadas com acidentes ou doenças em serviço segundo uma fórmula

adoptada pela Caixa Geral de Depósitos. Aos deficientes das Forças Armadas com acidentes ou doenças em campanha (abrangidos pelo decreto-lei 43/76) as diuturnidades serão atribuídas de modo menos favorável. Esta diferença de critério estabelecido deve-se, segundo a Caixa Geral de Depósitos, ao facto de os deficientes abrangidos pelo decreto-lei 43/76 já serem contemplados com o abono suplementar de invalidez. Trata-se assim, ainda segundo a Caixa Geral de Depósitos, de um acto de justiça para os deficientes das Forças Armadas em serviço.

Na fórmula adoptada para o cálculo do quantitativo das diuturnidades entram em função os seguintes factores: número de anos de serviço activo (até à data da Junta) e percentagem de incapacidade. O quantitativo das diuturnidades aumenta em proporção directa do número de anos de serviço e de percentagem de incapacidade. Para os deficientes com 100% de incapacidade são sempre atribuídas 5 diuturnidades.

Para os deficientes abrangidos pelo decreto-lei n.º 43/76 a forma de cálculo das diuturnidades é simples: será contado o tempo de serviço activo (até à data da J. H. I.), aplicando-se a este tempo de serviço a regra geral, ou seja, a 5 anos equivale uma diuturnidade, 8 anos duas diuturnidades, 10 anos três diuturnidades, 15 anos quatro e 20 anos cinco diuturnidades.

### COMUNICADO AOS SÓCIOS

Por deliberação da Direcção Central, todos os sócios da ADFA deverão regularizar a sua situação quanto ao pagamento de quotas até ao próximo dia 31 de Dezembro de 1977. Findo este prazo será integralmente cumprido o Artigo 10.º dos Estatutos da Associação que a seguir se transcreve.

Art.º 10.º 1 — Embora sem perder a sua qualidade de sócio, não poderão usufruir dos direitos mencionados no Art.º 8.º (direitos dos sócios) os que tiverem mais de três meses de quotas em atraso.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior os sócios que comprovem dificuldades financeiras insuperáveis.

3 — O atraso injustificado na liquidação das quotas por um período superior a doze meses tem como consequência a perda da qualidade de sócio.

Os sócios deverão, de preferência, pagar as suas quotas na delegação da área em que residem.

**VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA**

**CONVÍVIO NO TERCEIRO ANIVERSÁRIO DO «ELO»**

A comemorar a passagem do 3.º Aniversário do «Elo» reuniram-se algumas dezenas de sócios e familiares, sobretudo de Lisboa, num jantar convívio na Cooperativa Bem Comer, no dia 23 de Novembro.

Esta comemoração da passagem do 3.º Aniversário do «Elo» revestiu-se de um cunho de simplicidade e intimidade, apenas com a presença de sócios e familiares, contrariamente a uma hipótese que se chegou a levantar — presença de artistas e consequentes actos de variedades.

Também não se aproveitou este encontro entre sócios para exaltar o valor do jornal em si, lembrando o quanto de positivo ele tem significado, nem tão pouco sublinhar o trabalho desenvolvido por quem mais directamente tem sido responsável pelo «Elo», mas sim, sobretudo, foi esta a tônica para assinalar que o «Elo» tem que ser cada vez melhor e cada vez melhor cumprir a sua missão. Para tal, este momento serviu de uma tomada de consciência para a necessidade de cada vez mais se intensificar a militância e dedicação dos sócios em torno do «Elo» e da ADFA. Isto é tanto mais importante e necessário, foi também sublinhado, quanto é facto que o jornal «Elo» tem e continuará a ter uma grande responsabilidade no processo de integração social dos deficientes em Portugal, visto ser o único jornal no nosso País a tratar com profundidade a problemática dos deficientes, vinculando os interesses e anseios dos deficientes das

Forças Armadas em particular e, cada vez mais, de todos os deficientes portugueses em geral.

Esta realização da ADFA teve, assim, o significado que é já usual na Associação, ou seja, serviu de impulsora de um futuro com mais justiça para os deficientes; serviu de intensificação de uma luta que não pode parar; e não serviu, como é muito tradição na nossa terra, para exaltar o passado com recordações egoístas que pouco ou nada de positivo trazem.

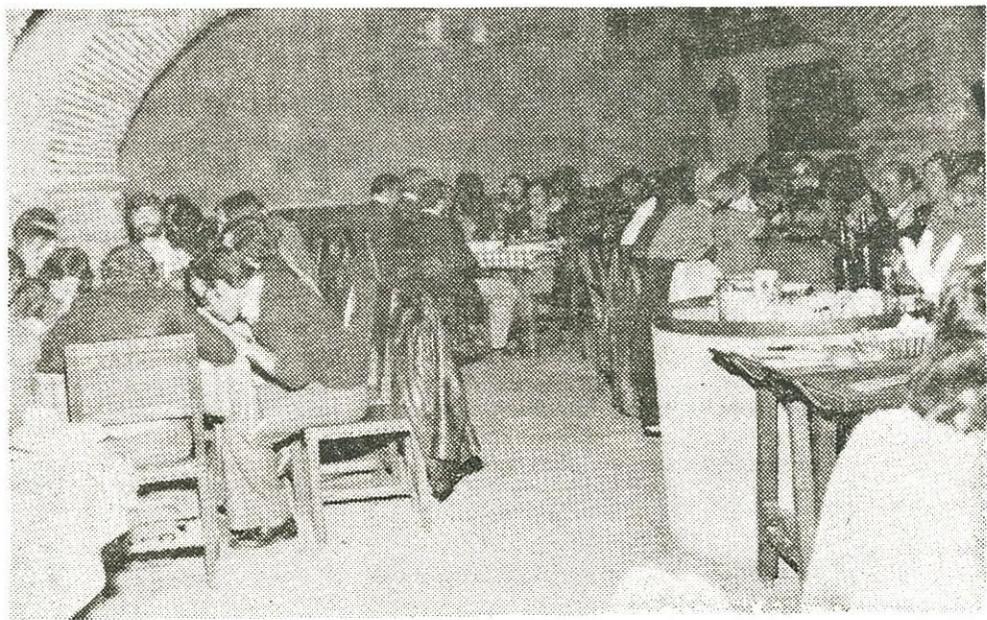
Estiveram presentes neste convívio alguns representantes de delegações da província. Da delegação do Porto não se encontrou presente nenhum representante, mas, sublinhamo-lo aqui, esta delegação enviou à sede uma mensagem de solidariedade total com este convívio e a sua presença moral.

Entre outras manifestações de solidariedade nesta passagem do 3.º aniversário do «Elo» registamos um telegrama dum família amiga do jornal. Trata-se da família Veloso da Póvoa de Varzim que, no referido telegrama, felicita a ADFA pela passagem do 3.º aniversário do «Elo», solidarizando-se com a luta dos deficientes das Forças Armadas pela integração numa sociedade mais justa.

Embora não estivessem previstas variedades neste convívio, houve, no entanto, a habitual e sempre oportuna declamação de poemas por Sá Flores, da sua autoria, que tão acutilantemente denunciavam a guerra colonial e os entraves à integração social dos deficientes. Poemas, aliás, que foram já publi-

cados, em devida altura, no «Elo».

Este jantar convívio realizado na Cooperativa Bem Comer, antiga Taberna do Embuçado — uma das casas de fado mais requintadas de Lisboa e hoje gerida pelos trabalhadores — terminou com todos os presentes, de pé, a cantar a «Grândola Vila Morena» — o hino da liberdade, anunciador da arancada do 25 de Abril de 1974.



Um aspecto do jantar-convívio

**A CULTURA É UMA ARMA**

(Continuação da 3.ª pág.)

Ao longo da História nunca tal aconteceu e não queremos fechar este parêntesis sem referirmos um caso que bem ilustra as nossas palavras. Roma ao conquistar a Grécia pelas armas foi simultaneamente conquistada pela Cultura. Mas este assunto será tratado num próximo trabalho.

Recorremos ao escritor Mark Twain que numa passagem do seu «Huckleberry Finn» retrata a maneira como o sulista encarava as «aberrações» que constituíam o direito ao voto, por parte dos negros, entre outras.

«Oh, sim senhor, belo Governo, maravilhoso. Escuta-me só isto. Havia um negro livre lá no Ohio — um mulato, quase tão branco como um homem branco. Vestia a camisa mais branca que jamais se viu e um chapéu também do mais alvo que possa haver, e tinha um relógio de ouro e corrente e uma bengala de castão de prata — o mais estuporoso nabado grisalho de todo o Estado. E que Julgas tu? Diziam que era professor numa Universidade, que falava todas as línguas e sabia tudo. Mas isso não era o pior. Diziam que ele podia votar na terra dele. Bem, isso foi o que me deitou por terra. Pensei logo: que vai ser deste país? Era por acaso dia de eleições e preparava-me para ir votar no caso da bebedeira não me atirar ao chão antes de chegar às urnas; mas quando me disseram que havia neste país um Estado onde deixavam um negro votar, desisti. Disse: não torno a votar (...).»

**NASCIMENTO DO KU KLUX KLAN**

Como acima foi dito, após a derrota dos Estados Confederados, devido à natural agitação e resistência às leis, criaram-se condições específicas à constituição de focos de guerrilha.

Foi assim que nasceu o Ku Klux Klan.

No dia 24 de Dezembro de 1865, na cidade de Pulaski, no Tennessee meridional, no cartório do juiz Thomas M. Jones, procedeu-se à criação legal do K. K. K.

Os seus fundadores foram: Calvin E. Jones, Frank O. McCord, Richard R. Reed, John B. Kennedy, John C. Lester e James R. Crowe.

O objectivo principal e fundamental do Klan era a «manutenção da supremacia da raça branca».

A partir deste objectivo, e estendendo a sua acção não só a negros como a judeus, amarelos e outras raças, o bando de malfeteiros começou a levar a efeito toda uma série de punições, assassina-

tos e outros crimes com o mais «requintado» sadismo.

Como nota para um estudo histórico do bando vamos referir a maneira, de certo modo curiosa, de como nasceu o nome da agremiação de criminosos, que ainda hoje está viva e actuante.

Quando os seis fundadores começaram a reunir, acharam que seria necessário dar-se um nome à organização. Assim um deles, J. Kennedy, recordando-se dos seus estudos de grego, propôs o nome de Kuklus que significa faixa ou círculo. (Uma acta da fundação assinala a presença de um visitante da Geórgia que propôs «Clocletz», o nome do fantasma de um cacique índio, mas tal nome não possuía qualquer lastro clássico). J. Crowe sugeriu que se dividisse a palavra Kuklus em duas e se alterasse o s final para x, ficando desta forma Ku Klux. Foi então que Lester, observando que os seis eram de ascendência escocesa propôs que se acrescentasse a palavra clan, escrita com k inicial para condizer.

Como já referimos, a actualização do bando foi a de criar um clima de terror entre a população negra. Para tal usavam todos os meios, desde a provocação ao assassinio. Os leitores poderão fazer ideia das crueldades praticadas pelo bando, se lhes dissermos que se chegou ao ponto de serem arrancados os olhos ou cortada a língua e frita em azeite a negros que cometiam o «crime» de votar.

Para mais facilmente efectuarem as suas acções terroristas, os malfeteiros do Klan vestiam-se com uma túnica branca, com um emblema na espádua esquerda — uma cruz branca sobre um fundo vermelho com as letras KKK. A cabeça, além da máscara branca no rosto, era coberta com um chapéu cónico com uma orla vermelha.

O local das reuniões chamava-se «covil» e os cargos directivos eram, «escriba-mor», «grão-cíclope», «grande mago», «grão-turco», a que correspondia, chefe do covil, 2.º chefe, mestre de cerimónias. «Falcões da noite» era a designação dada ao estafeta e a sentinela exterior era-lhe dado o nome de «lictor». Os novos membros do bando, que não ocupavam cargos directivos eram designados por «vampiros».

«Lictor» era na Roma antiga o assistente do magistrado e o que executava as sentenças proferidas contra os réus levados a julgamento. Por coincidência o título de autoridade (lictor) escolhido pelos malfeteiros do Klan em 1865, foi igualmente escolhido no nosso século pelos malfeteiros fascistas de Mussolini.

O Klan continuou a sua acção até aos nossos dias. No dia 12 de Maio de 1917, em Pulaski, foi descerrada uma placa evocativa da constituição do Klan, pela viúva do capitão Kennedy, um dos primeiros fundadores.

Com o passar dos tempos e as transformações operadas, chegamos aos anos trinta, em que, mercê da exploração capitalista, os trabalhadores americanos, se vão agrupando em Sindicatos e outras organizações de classe. Essa constituiu mais uma época negra da história americana. Depois do massacre dos índios, do Ku Klux Klan, forte repressão se abateu sobre os trabalhadores americanos, acusados de comunistas, por tentarem tornar menos duras as suas duríssimas condições de trabalho.

Como organização habitual à prática terrorista e contando com enorme «experiência» no campo do assassinio, o Ku Klux Klan, tomou parte na «cruzada purificadora» que atingiu a América.

Por essa altura lançou um panfleto com o intuito de angariar novos membros a fim de «expulsarem dos Estados Unidos esses radicais criminosos e estrangeirados e de raizar as suas ideias subversivas de todas as categorias (...) esta organização está decidida a combater até ao último reduto e até ao último homem contra todo e qualquer ataque ao nosso Governo e às nossas instituições (...) porque a América tem direito de adorar o nosso Deus, Governo do povo, escolas livres e patrióticas (...).

Para os homens do Klan o bem-estar de um cavalo ou de um cão valiam mais que a vida de um negro. Esse pensamento, e acção, ainda hoje domina os membros da seita.

Em 1963, quatro crianças negras perderam a vida num atentado bombista contra uma igreja de Birmingham. O atentado foi investigado pelo F. B. I. (Agência Federal de Investigação).

Numa assembleia do Klan, reunida nos arredores de St. Augustine — Flórida — um agitador referiu-se ao caso num «edificante» discurso, que abaixo reproduzimos e que serve para finalizar este artigo:

«Meus amigos, quero falar-lhes um pouco de história, da gloriosa história do Klan. O Klan nasceu no meio de sangue derramado, em consequência da necessidade imperiosa de proteger o homem branco do Sul contra os «carpetbaggers» — os «carpetbaggers» judeus. («Carpetbaggers» é um nome depreciativo com que eram designados os nortistas. Não tem correspondente exacto em português. Os termos que mais se

aproximam são o de aventureiro, malandro ou valdevinos). Vocês sabem, com certeza, que os «carpetbaggers» eram judeus que vieram para cá e se associaram com os negros a fim de tentarem extorquir ao homem branco tudo o que este possuía. Mas aprenderam que o homem branco se não deixava espoliar de braços cruzados. Organizou-se (...) Ergueu-se para defender a sua honra e os seus interesses (...) Ouço alguns de vós a dizer nos vossos consciências: — Mas Jesus era Judeu. Isso só serve para demonstrar até que ponto haveis sido enganados por esses pregadores de meia tígela (...) Jesus não era Judeu. Jesus era um branco...

Não há muito tempo um tipo do F. B. I. — sabem ao que me refiro, a essa Agência Federal de Integração (ao trocar o nome de Investigação por Integração, o orador pretendia insinuar que o F. B. I. estava a soldo de negros e judeus) — veio falar comigo (...) Sabe quem colocou as bombas? Não respondi, mas se soubesse não dizia. Mas quero dizer-vos uma coisa, meus amigos (...) Se alguma vez encontrarem os homens que puseram as bombas devem dar-lhes medalhas (...) não foi crueldade matarem essas crianças porque já não o eram, estavam pelos 14 15 anos (...) Não foi crueldade matá-los (...), porque quando eu vou matar cobras não distingo entre cobras grandes e cobras pequenas porque sei que por natureza todas as cobras são minhas inimigas e me anvenenarão se puderem. Portanto mato-as (...) e só tenho a dizer: bendito seja quem quer que colocou a bomba! Quatro negros a menos é um alívio.»

**AUTO-REABILITAÇÃO**

(Continuação da 2.ª pág.)

tes e que se acabe já com essa reabilitação fantasiosa, inútil em vez de reabilitação se poderia antes chamar inareabilitação.

Os deficientes, particularmente os grandes deficientes, têm de possuir uma enorme força de vontade e saberem o que querem para se não deixarem levar pelos técnicos mal informados e incapacitados da maneira técnica de dar certas reabilitações.

A nossa reabilitação no mundo do trabalho é essencial e isto compete ao Governo, fazer, caso contrário todo o nosso esforço será inútil. E não digam que os deficientes não querem trabalhar, diga-se antes que poucos são aqueles, sem serem deficientes, que nos querem ajudar a conseguir o nosso ideal.

SILVÉRIO RODRIGUES

**PAGAMENTOS RECTROACTIVOS NA REVISÃO PROCESSUAL**

Os deficientes das Forças Armadas que requereram a revisão do seu processo ao abrigo do decreto-lei n.º 43/76 e cujo requerimento foi deferido, isto é, que passaram a ser DFA, passarão a ter direito à pensão nos termos daquele diploma a partir da data do deferimento do requerimento. Segundo parecer da Procuradoria Geral da República todos estes casos têm direito à pensão, nos termos do decreto-lei n.º 43/76, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1975, data em que aquele diploma produziu efeito para todos os DFA.

Acontece, assim, que todos aqueles deficientes que foram abrangidos pelo decreto-lei n.º 43/76, na sequência da revisão processual, receberão a diferença nas suas pensões com retroactivos desde 1 de Setembro de 1975. A Caixa Geral de Depósitos pagará esta diferença, automaticamente, sem necessidade de fazer qualquer requerimento, até Janeiro ou Fevereiro.

Igualmente todos os deficientes que venham a ser abrangidos por aquele diploma através da revisão processual receberão retroactivos a partir de 1 de Setembro de 1975.

# VIVENDO EM COMUNIDADE

No último número do «Elo» iniciámos a publicação de uma série de comunicações apresentadas no Seminário de Desporto e Tempos Livres para Deficientes que se realizou em fins de Setembro em Lisboa. Continuamos, neste número, no prosseguimento da publicação dessa série, tentando assim contribuir para que o que no Seminário se disse e concluiu venha a ser do conhecimento de um grande número de pessoas, deficientes e não deficientes.

A comunicação que a seguir publicamos tem o título «Viver em Comunidade» e foi feita por Alex Moira — Vice-Presidente de «The Spastics Society» do Reino Unido.

Transcrevemos o texto na íntegra, muito embora não concordemos, como é óbvio, com a designação de «incapacitado» em vez de deficiente, várias vezes repetida na comunicação.

O conceito dos incapacitados «vivendo na comunidade» como parte integral da mesma, não é somente um ideal admirável, mas é o objectivo para o qual tanto os próprios incapacitados como todas aquelas pessoas que trabalham com eles devem lutar cada vez mais. Durante muito tempo, permitimos que a organização de serviços, o medo que os incapacitados e os não incapacitados têm um do outro, e a inconsciência do público em geral, nos separasse dos incapacitados e os excluísse da nossa vida quotidiana. Acontece que os incapacitados são humanos como todos os outros seres humanos, com os defeitos, virtudes, ambições e variedade que isso implica e os problemas que surgem da vida na comunidade exigirão soluções de infinita variedade. Numa altura em que muitas sociedades estão a sofrer de modificações, este ideal poderá ser mais fácil de atingir. Chegou a altura de nos reunirmos todos. O que é que temos de fazer, portanto, tanto os incapacitados como nós?

Viver na comunidade não começa quando deixamos a escola ou a casa à procura de horizontes mais amplos. O bebé recém-nascido também vive na comunidade e é a partir desse momento que as ambições que temos para os incapacitados e os não incapacitados deveriam ser iguais. É muito fácil para os pais de bebés incapacitados verem as suas ambições frustradas ao realizarem o pouco que agora poderão realizar, em vez de ficarem animados com uma concepção daquilo que realmente poderão fazer.

É muito importante que os pais reconheçam que o futuro pode oferecer possibilidades que hoje são inconcebíveis, e é essencial os consultores profissionais terem um optimismo semelhante. Durante os 25 anos da existência de «The Spastics Society» no Reino Unido tem sido uma surpresa constante o que os incapacitados têm conseguido uma vez criados um ambiente de optimismo, um programa de ensino eficaz, e um meio ambiente apropriado. A vida na comunidade, com toda a experiência e desafio que esta oferece, deve ser com certeza o componente mais importante desse meio ambiente.

Que os pais tenham um papel primordial na aceitação dos incapacitados pela comunidade é indiscutível, mas os incapacitados próprios também têm um papel de igual importância. O facto de haver discriminação contra os incapacitados é, infelizmente, verdade; uma discriminação derivada de ignorância. Compete aos incapacitados, aos pais, e aos amigos deles superarem esta ignorância e conseguirem aceitação e reconhecimento públicos. Este é um exercício de relações públicas enorme e demorado, e todos os meios possíveis têm que ser utilizados para informar toda a gente do que é necessário, e para habitua-la a aceitar os incapacitados em iguais condições. Não é uma tarefa fácil para quem tem incapacidades físicas que os afastam da comunidade ou que

dificultam a comunicação. Como é que se comunica com aqueles que não conhecemos e que não percebem o que nós dizemos? Compete em parte ao incapacitado não aceitar a surdez do público e não se deixar desanimar pelo desinteresse deste, mas avançar para a comunidade com convicção. Ele também tem um dever perante gerações futuras de incapacitados. Não pode esperar que os profissionais ganhem esta batalha por ele. A vontade, o ânimo e os conselhos deles têm tido um valor enorme através dos anos mas é necessário que eles se dediquem à assistência profissional que possam oferecer na educação, na medicina, na terapia, na psicologia e no serviço.

Mercê a complexidade dos problemas que enfrentam, todas as autoridades têm a ten-

deveremos conversar com frequência com os incapacitados e saber ouvi-los. É necessário saber o parecer deles, e eles por sua vez devem-se esforçar para adquirir um conhecimento adequado do mundo ao redor, que lhes permita tomar resoluções racionais sobre as próprias necessidades. Devia haver um conceito de serviço — e não de assistência — com os próprios incapacitados a resolverem finalmente qual o serviço que necessitam. Talvez ajude passarmos uma vista de olhos aos vários serviços que são precisos. Começando pela criança, poderão ser precisas clínicas especiais, creches especiais, escolas especiais. Fornecem níveis de serviço mais altos do que aqueles disponíveis aos não incapacitados e uma qualidade de serviço essencial ao desenvolvi-

serviços, e cursos de aclimação para aqueles que não têm conhecido senão a vida abrigada da instituição especial. Mesmo a vida quotidiana na comunidade durante a infância e adolescência não evitará todas as privações a que podem dar origem uma cadeira de rodas, uma dificuldade na fala, deficiências físicas e a falta de mobilidade, e muitos necessitarão dum treino complementar e aclimação aos problemas ligados à vida na comunidade. Sem dúvida que seria uma felicidade para os incapacitados se se praticasse o preceito:

«De cada um de acordo com as suas possibilidades. A cada um de acordo com as suas necessidades.»

Mas o trabalho está organizado de forma a acomodar não incapacitados. Isso não significa necessariamente que os incapacitados — mesmo os seriamente incapacitados — não têm lugar no mundo de trabalho. Há muito trabalho que não necessita grande habilidade manual e muitos empregos podem ser adaptados e equipamento alterado para acomodar um grau bastante alto de incapacidade. Não é difícil nem dispendioso, mas não há dúvida que é preciso convencer a direcção e os outros trabalhadores. Também não há nada que oponha o emprego de não incapacitados em oficinas e em centros de trabalho de incapacitados,

nece abrigo, trabalho, cuidados e recreação da adolescência até à morte sem se deslocar fora do estabelecimento. A pequena unidade de alojamento resguardada dentro da comunidade com apartamentos individuais situados ao pé das lojas e outras actividades na «rua principal» pode ser aceite pelos seriamente incapacitados, se for de mentalidade aberta e for auto-dirigida, tanto como a hotelaria para jovens solteiros, perto das oportunidades de trabalho e também se for pequena, auto-dirigida e perto dos serviços da comunidade.

Devia ser impossível para as autoridades de habitação construir casas sem pensar em alojamento para os incapacitados. Esses alojamentos devem estar espalhados pelos outros mas ligados aos serviços centrais de que terão necessidade. Está provado que em tais alojamentos custa cerca de 10 por cento mais para incorporar corredores e portas largas, cozinhas adaptáveis, quartos de banho e retretes com os apoios necessários e um sistema de comunicação do serviço central. A «Habinteg Housing Association», começada por «The Spastics Society» no Reino Unido, mas servindo todas as incapacidades, funciona na base de 25 por cento das casas para deficientes e suas famílias e pelo menos 50 por cento das casas com acesso para cadeiras de rodas para permitir visitas aos vizinhos. Isto significa que uma população incapacitada de 10 por cento seria suficientemente pequena para permitir uma integração total com números suficientes para justificar os serviços centrais. Há projectos interessantes no Reino Unido e na Suécia onde donas de casa com crianças da idade escolar e, portanto, com tempo disponível, encarregam de certos serviços em «part time», tais como fazer as compras, cozinhar, limpar, vestir e dar banho aos incapacitados que vivem na comunidade. O custo de viver em comunidade em habitação especial representa talvez metade daquele numa instituição. O projecto de habitação «Fokus» na Suécia é de especial interesse e foi o precursor neste campo; valerá também a pena estudar os desenvolvimentos na Holanda, Dinamarca e Alemanha. É surpreendente ver o grau de incapacidade de certas pessoas que, no entanto, conseguem viver de uma maneira feliz e eficiente nas casas especificamente concebidas para eles, e o facto de alguns dos mais incapacitados terem progredido para tais casas depois dum tempo temporada em lares apropriados que lhes permitiu alcançar uma prática maior no dia a dia, é muito animador. Salienta-se neste campo o «Department of Handicap Research» da Universidade de Gothenburg na Suécia, onde se conduz uma pesquisa sistemática aos problemas da vida quotidiana.

A mobilidade é o padrão-chave para a vida em comunidade. Presentemente, não há comboio, autocarro, metropolitano ou avião que facilite o acesso à cadeira de rodas. Há maneiras de resolver as dificuldades actuais, mas talvez seja necessário fazer como em partes da Suécia e da América, fornecendo para os incapacitados um sistema de transportes especial de porta a porta com controle de rádio e computador, como também carros concebidos e adaptados especialmente para uso individual. Mas mesmo tendo a mobilidade assegurada, permanecem os obstáculos do meio ambiente e muitos anos não-de passar primeiro que os edifícios públicos em existência se tornem acessíveis. Grupos de incapacitados com seus amigos

A COLUNA DO ZANGÃO

## PARABÉNS A VOCÊS!

O zangão é um amigo. Isso todos nós o sabemos e ninguém o pode negar. É sempre com prazer e amizade que vimos entrar o zangão no nosso jornal e escutamos as suas palavras.

Estávamos nós atarefados com o fecho da presente edição quando o característico zumbido do nosso amigo zangão se fez ouvir na sala da Redacção.

«Olha o nosso amigo zangão, há que tempos que não o víamos.»

«É verdade — respondeu o zangão. Já há uns tempos que não vos visitava. Vocês sabem como é. Nem sempre tenho vagar para passar por cá.»

«Mas sabe — disse o director — que é sempre bem vindo. É sempre com prazer que ouvimos as suas palavras.»

«Pois é. Eu sei — respondeu o zangão. Por isso cá estou hoje. Eu sei que estou entre amigos e que todos me estimam, vocês aqui na redacção.»

«Por isso continua «ELO». Continua a tua luta em prol dos deficientes portugueses. Tu és uma arma. Tu tens um papel importante na transformação da sociedade. Continua o teu trabalho na mesma forma que até aqui. Valoriza-te. Faz mais amigos. A tua voz far-se-á ouvir cada vez mais e um dia o teu trabalho será coroado de êxitos.»

«Os que pretendem ignorar-te estão a ignorar-se a eles próprios. Continua «ELO». E muitos parabéns. Para o ano cá estarei nesta data para novamente te dar os parabéns, e sei que até lá tu vais ser cada vez melhor.»

«E agora, adeus a todos que tenho que me ir em bora.»



Desafio de basquetebol durante o Seminário de Desporto

dência de simplificar e categorizar, e por isso temos que ter cautela quanto à solução fácil.

Verifica-se que a instituição grande ajustada à pessoa padronizada, tratada por métodos padronizados, não tem relação com a maioria das pessoas nem com as comunidades em que melhor funciona. Deve ser evitado o mais possível a concentração dos incapacitados em grupos de qualquer espécie: difusão e não concentração deve ser o objectivo. A segregação é reforçada pela instituição que reúne os incapacitados, o único verdadeiro característico comum dos quais é o de serem pessoas. É preciso não esquecer também que a instituição grande tem tendência a ser bastante mais dispendiosa do que os serviços baseados na comunidade. Sugerir que sejam os próprios incapacitados a decidir o que querem da vida, não constitui uma ideia bem revolucionária, mas é muito pouco usual consultá-los. Os pais é que resolvem para as crianças e muitas vezes continuam a tomar resoluções para os seus filhos mesmo depois destes terem chegado a maturidade. As pessoas que cuidam deles muitas vezes tomam resoluções na base dum critério que pode ser incorrecto. Devemos todos manter uma receptividade quanto às necessidades e às possibilidades,

para criar um ambiente de trabalho mais variado e flexível. Para aqueles que têm mesmo muita dificuldade em se movimentar, um esquema de indústria caseira ligada a uma unidade de produção, embora solitária, pode dar uma certa satisfação. Deve haver um tipo de trabalho que possa ser executado por até os mais incapacitados que lhes dê satisfação, embora de baixa produtividade.

Quase não é preciso falar-se de desporto e tempo livre. Pouco a pouco clubes de desporto começam a admitir os incapacitados, mas é verdade que todas as facilidades desportivas deviam ser disponíveis a estes, e meios criados para satisfazerem as suas necessidades. O problema de tempo livre é dependente da mobilidade e acesso; poucos cinemas, teatros, museus e clubes são acessíveis a uma cadeira de rodas, mas isto não pode acontecer de futuro. Onde viver e como? Todos nós estamos desejosos de ter a nossa casa própria, porém não é fácil encontrá-la no sítio desejado, e por um preço acessível. Mas para os incapacitados é quase impossível encontrar uma casa em qualquer lado e a qualquer preço. Depois de atingir a maturidade a casa dos pais não é o sítio mais satisfatório para vivermos. Mais uma vez é necessário evitar a grande instituição que for-

mentado máximo da criança incapacitada. Mas, como já foi demonstrado em vários países, a integração embora se já importante manter-se o alto nível do serviço para os incapacitados para facilitar a entrada efectiva deles mais tarde na sociedade adulta. Não há dúvida que eles necessitam de uma educação mais extensa e intensiva para compensar a incapacidade. É natural que haverá uma necessidade para serviços além da rotina da vida escolar, mas estes podem ser de um carácter curativo e de pouca duração, enquanto as necessidades dos seriamente incapacitados serão satisfeitas por um sistema educacional distinto, ou parcialmente distinto.

A aproximação da maturidade apresentará muitos problemas, mas possivelmente menos problemas que os de hoje para a criança que teria sido criada com os seus pais e que já tem um largo conhecimento da vida na comunidade. O programa educacional terá que ser mais extenso que o normal e a educação superior, treino para empregos, colocação no trabalho e a adaptação do ambiente de trabalho serão precisos, do mesmo modo que são precisos pelos não incapacitados. Terá que haver também outros serviços para aquelas pessoas da população actual que têm beneficiado dos novos

e talvez até estudantes de arquitectura, podem conseguir muito documentando a acessibilidade ou falta da mesma das suas vilas e cidades fazendo pressão sobre as autoridades para actuar nesse sentido. Não devem ser construídos mais edifícios que não dêem acesso a cadeiras de rodas.

Já ganhar um ordenado é um problema muito grande para os incapacitados e ganhar o suficiente para viver é quase impossível nas condições actuais. Os suecos resolveram este problema fornecendo um rendimento suplementar avaliado no grau de deficiência e portanto na suposta capacidade de ganhar de cada um. No Reino Unido discutimos, mas apenas discutimos, o Sistema de Rendimento Negativo pelo qual todos aqueles que ganharem menos que uma quantia, recebem um suplemento para equivar ao rendimento a essa quantia e todos aqueles que ganharem mais começam a pagar impostos. Tal sistema ajudaria imenso o incapacitado. O facto da Suécia e da Dinamarca terem os serviços mais completos e o maior grau de integração é em parte devido à sua riqueza mas há nações igualmente ricas que têm serviços ineficientes e uma situação quase total. Isto deve-se sem dúvida, à vontade, energia e persistência que os suecos e os dinamarqueses têm tido para assegurar uma igualdade de vida na comunidade para todos os seus incapacitados. São a vontade, a energia e a persistência que farão do ideal de ver os incapacitados a viver na comunidade uma realidade, e assim reunir os incapacitados à comunidade a que, por direito, pertencem.

# MANIFESTAÇÃO DE PESAR NO FUNERAL DE RAMIRO CORREIA

Realizou-se, no dia 13 de Outubro, o funeral do comandante Ramiro Correia que foi vítima de um acidente em Moçambique onde se encontrava a trabalhar como médico colaborador daquela jovem nação. No mesmo acidente perderam a vida sua mulher, também médica, e um filho, quando se encontravam a alguma distância da costa de Moçambique num barco de recreio.

O comandante Ramiro Correia foi um destacado elemento do Movimento das Forças Armadas, tendo pertencido durante algum tempo ao Conselho da Revolução, altura em que foi também Chefe da 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Este oficial, após o 25 de Novembro, solicitou autorização militar para se deslocar para Moçambique a fim de ajudar a sua colaboração como médico, tal como sua mulher

que, aliás, era moçambicana.

O funeral de Ramiro Correia realizou-se com as honras militares devidas e nele participaram ao longo de um percurso de alguns quilómetros, a pé, milhares de pessoas, que pretenderam prestar a sua última homenagem àquele membro de um Movimento que em 25 de Abril restituiu a liberdade aos portugueses. No cortejo fúnebre integraram-se alguns camaradas seus do Coseho da Revolução, tais como Martins Guerreiro, Vítor Crespo, Pesarat Correia, Franco Charais, Sousa e Castro e Costa Neves. Igualmente acompanharam Ramiro Correia ao cemitério do Alto de S. João, entre muito povo anónimo, muitas camaradas seus do Movimento das Forças Armadas.

A ADFA, participou também nesta manifestação de pesar e homenagem a Ramiro Correia através de uma delegação chefiada por um membro da Direcção Central. Foram vários os sócios da ADFA que se integraram no cortejo fúnebre e contribuíram conjuntamente com os elementos da Direcção Central para a compra de uma coroa de flores que a ADFA colocou junto da campa de Ramiro Correia.

Ramiro Correia, tal como qualquer militar de Abril, não era estranho à ADFA. Numa sessão de esclarecimento que a Associação realizou no dia 31 de Janeiro de 1975 no Pavilhão dos Desportos em

Lisboa, Ramiro Correia, tal como alguns outros militares, esteve presente. Nesta sessão de esclarecimento e sensibilização dos deficientes para a luta pelos seus direitos, Ramiro Correia teve uma intervenção que aqui queremos relembrar transcrevendo-a do «ELO» n.º 4 em que foi publicado na altura.

«Meus amigos, neste momento, talvez mais do que nunca, as palavras em Portugal são sérias, as palavras são pesadas, as palavras são actos, e hoje em Portugal duas palavras se nos põem à frente, a palavra serenidade e a palavra firmeza.

Serenidade que não é de maneira nenhuma complacência, com situações de injustiça social como as que nós temos. Serenidade que deve levar-nos a analisar a situação e a rejeitar situações duvidosas; e complacência ou de falsas unidades, que não sirvam realmente os interesses das classes trabalhadoras.

Pensamos que é necessário, que a palavra serenidade possa ser valorizada, naquilo que tem de mais valioso, que é a reunião à volta do mesmo ideal, à volta da defesa das classes trabalhadoras, de todos aqueles que realmente os devem defender.

Firmeza, que se torna necessária para ultrapassar dificuldades, porque nós pensamos que as dificuldades se existem, efectivamente, devem encontrar da nossa parte a firmeza suficiente para as ul-

trapassar, não sendo a dificuldade motivo de paragem, mas sim de utilização de maior força, uma força controlada mas firme, para decididamente caminhar nas vias do futuro.

Só quem não quiser ver, ou quem for muito míope, é que poderá negar a situação catastrófica em que o país se encontra...

... Nas praias do mar, os pescadores, nas cidades, os funcionários públicos, nós verificamos que os trabalhadores portugueses se encontram na situação de grande inferioridade. As classes desfavorecidas da sociedade portuguesa são realmente quase toda a sociedade, apenas um pequeno número de privilegiados, é que realmente não é desfavorecido.

Ao longo dos anos de guerra, nós fomos habituando com mágoa, com amargura, com revolta, a ver cair ao nosso lado camaradas para nunca mais se levantarem, e outros, ficarem com problemas físicos como menais de que nunca se conseguiram até agora ultrapassar nesses problemas.

Porque um homem não consegue, pelo seu esforço isolado, ultrapassar as suas dificuldades. Um homem é um ser social, e só integrado com outros homens na luta comum, é que é possível realmente criar uma sociedade em que não haja mais explorados, em que não haja mais humilhados. E em Portugal, ainda hoje, a maioria do povo português é explorada e é humilhada, e esta situação tem que ser ultrapassada.

A luta dos nossos camaradas deficientes das Forças Armadas, a luta de todos os homens portugueses diminuídos, em qualquer sector, e que encontra uma sociedade que é agressiva, que despreza o homem, que despreza a dignidade humana, que não garante a justiça social, é uma luta comum a todos os portugueses.

Enquanto houver em Portugal um homem humilhado, um homem explorado, a luta do Povo Português e a luta do MFA não pode parar. E neste momento, eu acabo como comecei, as palavras são sérias, as palavras são actos, e nós estamos em luta.»

## 3.º ANIVERSÁRIO DO «ELO»

(Continuação da 1.ª pág.)

um elo entre todo o Povo a que pertencemos. Por isso ele luta intransigentemente para que o deficiente em Portugal seja Homem, que tenha os mesmos direitos e obrigações que os outros homens.

De há três anos a esta data, nunca o «ELO» esqueceu a sua missão. Sente-se orgulhoso porque nunca traiu os ideais para que foi criado, e sente-se igualmente orgulhoso porque é o primeiro e único jornal ao serviço dos deficientes. Orgulhoso mas muito só. O «ELO» não pretende ser uma vanguarda. O «ELO» quer mais elos. Quer mais publicações que falem de deficientes, que apontem soluções que levantem problemas.

Ao longo destes três anos, vencendo inúmeras dificuldades, o «ELO» tem denunciado as carências, as necessidades e os anseios dos deficientes em Portugal, tem proposto alternativas, tem procurado soluções, tem lutado e lutará, intransigentemente, pela emancipação do deficiente, para que este ocupe o lugar que por direito e justiça lhe cabe.

Os amigos do «ELO» sabem isso e esperam mais e mais. Raros, raríssimos serão aqueles que lendo o «ELO» uma vez não se tornem imediatamente amigos dele. Porque o «ELO» está em constantes modificações para se tornar melhor. Porque o «ELO» é objectivo, busca o caminho ideal, sem alaridos, mas com a confiança que lhe transmite o dever cumprido.

Em cada exemplar que é posto em circulação revê-se para encontrar defeitos, para melhorar aqui, para alterar acolá, com o fito de ser cada vez melhor.

Tem sido preocupação nunca se enveredar pelo caminho do sensacionalismo, de notícias falsas. Até hoje tal não aconteceu e não acontecerá no futuro.

Umhas vezes um pouco pior outras vezes melhor, o jornal continua no caminho que lhe foi traçado sem se desviar.

Mas, a hora é de festa. O «ELO» faz anos e não temos motivos para estarmos tristes, se bem que, infelizmente, ainda esteja longe o dia em que possa descansar e escrever, calmamente, as suas memórias.

Por isso o «ELO» continua. E os deficientes sabem que as suas páginas estão ao seu serviço, sempre prontas a lutarem para que a reintegração do deficiente na sociedade não se limite apenas a palavras que perdem todo o significado se não aplicadas na prática.

### Enquadramento histórico do Secretariado Nacional de Reabilitação

Este foi o título de um artigo publicado no último número do «ELO», da responsabilidade da Direcção Central da Associação enviado para publicação no Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Fisioterapeutas, a pedido desta.

Pretendia, esta Associação, saber qual a posição da ADFA sobre o Secretariado Nacional de Reabilitação criado por decreto-lei de 20 de Agosto passado.

O artigo em questão foi, efectivamente, publicado no Boletim n.º 6 da Associação Portuguesa de Fisioterapeutas. Esperamos, através desta nossa participação, ter contribuído para a compreensão e divulgação desse importante organismo que é o Secretariado Nacional de Reabilitação, ou melhor, que será o Secretariado Nacional de Reabilitação, visto que, até agora, ainda não assumiu qualquer forma concreta (ainda não se iniciou a execução do diploma que o cria).

## CONDIÇÕES DE ADMISSÃO DE ALUNOS NO COLÉGIO MILITAR

As condições de admissão de alunos no Colégio Militar foram definidas por decreto-lei do Conselho da Revolução, publicado no Diário da República de 10 de Agosto passado.

O decreto-lei 326/77 estabelece que a admissão dos alunos faz-se para o 1.º ano ou 2.º ano do Ciclo Preparatório do ensino secundário.

O Atr.º 13.º deste diploma

dá preferência à repartição de vagas a certos casos especiais, entre os quais se salientam:

— Ter o pai falecido no exercício das suas funções militares e por motivo do seu desempenho, com preferência para os que tenham morrido, em campanha ou na manutenção da ordem pública.

— Ser órfão de militar dos quadros permanentes, com prioridade para os órfãos de pai e mãe.

— Ser filho de militar dos quadros permanentes, nas seguintes condições:

1 — Órfão de pai e mãe.

2 — Pai em situação de invalidez, com preferência para a resultante do serviço de campanha, a do exercício das suas funções militares e por esta ordem.

3 — Ter seis ou mais irmãos menores, exceptuando os já matriculados nos estabelecimentos militares, ou um agregado familiar constituído por oito ou mais pessoas e não possuir outros rendimentos além dos vencimentos normais do militar.

Consta, a seguir, como ordem de prioridade ter o pai prestado serviços à Pátria recompensados, a título individual, com qualquer grau da Ordem Militar da Torre e Espada, ou das medalhas militares do valor militar, Cruz de Guerra e serviços distintos com palma, pela ordem legal de precedência.

**ESTÚDIO FOTOGRÁFICO DA A. D. F. A.**

FOTOGRAFIA A CORES E A PRETO E BRANCO

★ VENDA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS

★ REPRODUÇÕES DE FOTOGRAFIAS MESMO MUITO ANTIGAS

★ REPORTAGENS EM CASAMENTOS, BAPTIZADOS, BANQUETES, ETC.

**PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA**

LARGO DE S. DOMINGOS — TEL. 36 21 67 LISBOA

Tiragem deste número 7000 exemplares

## Festa de Natal na ADFA

(Continuação da 1.ª pág.)

no último ano, não correspondem ainda aquilo que a Associação desejava oferecer aos mais pequenos, por motivos de ordem económica e de todos conhecidos. Contudo, para além das lembranças terão lugar espectáculos de variedades que, também mais ricos e mais apropriados que no último ano (pensamos), proporcionarão às crianças mais um dia de alegria e satisfação passado na Associação dos pais que é também a Associação delas próprias (crianças).

**Festa de Natal em Lisboa**

Realiza-se no dia 17 de Dezembro, sábado, com início às 15 horas, no Lar Militar situado na Avenida Rainha D. Amélia, ao Lumiar.

Espectáculo de variedades especial para crianças com teatro infantil, palhaços, canções para crianças, etc.

Distribuição de lembranças às crianças presentes.

**Festa de Natal no Porto**

A Delegação do Porto realiza a Festa de Natal integrada no aniversário da fundação da Delegação.

A Festa realiza-se no dia 8 de Dezembro, quinta-feira (feriado), com início às 15 horas,

no salão de festas do Liceu Rodrigues de Freitas (antigo D. Manuel II), situado na Praça Pedro Nunes, junto à igreja de Cedofeita.

Programa de variedades para crianças. Distribuição de lembranças às crianças presentes.

**Festa de Natal em Viseu**

A Festa de Natal da Delegação de Viseu realiza-se no dia 17 de Dezembro, sábado, na sede da Delegação, situada na Rua José Branquinho — Quartel dos Bombeiros, bloco dt.º 4.º dt.º

Às 13 horas tem lugar um almoço de confraternização (sardinha assada, churrasco de frango, etc.). Os associados que desejem participar no almoço devem fazer a sua inscrição na Delegação até 15 de Dezembro, com o pagamento de 70\$00 por pessoa.

Durante a tarde haverá um programa de variedades para crianças, com teatro, cinema, etc.

Distribuição de lembranças às crianças presentes.

**Festa de Natal em Évora**

Realiza-se no dia 10 de Dezembro, domingo, na sede da Delegação situada na Rua de Machede (Edifício do RRM), com início às 14 horas.

O programa consta de provas

desportivas para crianças (tipo jogos sem barreiras) dos 5 aos 10 anos, com atribuição de faixas e medalhas aos primeiros classificados, actuação de palhaços e lanche.

Distribuição de lembranças às crianças presentes.

**Festa de Natal em Coimbra**

Realiza-se no dia 10 de Dezembro, domingo, com início às 15 horas, na sede dos Bombeiros Voluntários de Coimbra, situada na Avenida Fernão de Magalhães.

Programa de variedades com actuação de palhaços.

Distribuição de lembranças às crianças presentes.

**Festa de Natal em Vila Nova de Famalicão**

Realiza-se no dia 17 de Dezembro, domingo, com início às 15 horas, na cantina da Escola Comercial de Famalicão, em princípio, se os sócios da delegação não receberem comunicação da própria delegação a indicar outro local.

Programa de variedades com actuação de palhaços, teatro fantoche e actuação de grupos musicais.

Distribuição de lembranças às crianças presentes.

# A MORTE DE RAMIRO CORREIA SENTIDA PELOS PORTUGUESES

Por erro de paginação não foi publicado no último número do «ELO» um artigo sobre o funeral do Comandante Ramiro Correia.

Publicamo-lo agora, acrescentando que, já depois disso, se realizou uma sessão de homenagem àquele capitão de Abril, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, no dia 28 de Outubro. O Pavilhão esteve completamente cheio, com muitos milhares de pessoas, concentrando-se centenas delas no exterior do edifício. Nesta sessão de homenagem a Ramiro Correia foram lidos poemas da sua autoria e registaram-se duas intervenções, do general Costa Gomes e do maestro João de Freitas Branco.

O general Costa Gomes, Presidente da República na altura em que Ramiro Correia foi Conselheiro da Revolução, afirmou que «a riqueza da sua formação humana, cultural e técnica, impunha-se ao respeito de quantos com ele contactavam (...). Era bem a antítese do desespero e do abandono (...). E dele não poderá dizer-se que viveu pouco».

Nesta sessão de homenagem aquele que foi considerado «como um dos mais briosos capitães de Abril» estiveram presentes muitas individualidades, entre as quais o Conselheiro da Revolução Comandante Martins Guerreiro, o Almirante Rosa Coutinho, o General Vasco Gonçalves, o escritor Gomes Ferreira, Fernando Lopes Graça, etc.

Relizou-se, no dia 13 de Outubro, o funeral do comandante Ramiro Correia que foi vítima de um acidente em Moçambique onde se encontrava a trabalhar como médico colaborador daquela jovem nação. No mesmo acidente perderam a vida sua mulher, também médica, e um filho, quando se encontravam a alguma distância da costa de Moçambique num barco de recreio.

O comandante Ramiro Correia foi um destacado elemento do Movimento das Forças Armadas, tendo pertencido durante algum tempo ao Conselho da Revolução, altura em que foi também Chefe da 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Este oficial, após o 25 de Novembro, solicitou autorização militar para se deslocar para Moçambique a fim de ajudar a sua colaboração como médico, tal como sua mulher que, aliás, era moçambicana.

O funeral de Ramiro Correia realizou-se com as honras militares devidas e nele participaram ao longo de um percurso de alguns quilómetros, a pé, milhares de pessoas, que pretenderam prestar a sua última homenagem a aquele membro de um Movimento que em 25 de Abril restituiu a liberdade aos portugueses.

No cortejo fúnebre integraram-se alguns camaradas seus do Conselho da Revolução, tais como Martins Guerreiro, Vitor Crespo, Pezarat Correia, Franco Charais, Sousa e Castro e Costa Neves.

Igualmente acompanharam Ramiro Correia ao cemitério do Alto de S. João, entre muito povo anónimo, muitos camaradas seus do Movimento das Forças Armadas.

A ADFA participou também nesta manifestação de pesar e homenagem a Ramiro Correia através de uma delegação chefiada por um membro da Direcção Central. Foram vários os sócios do ADFA que se integraram no cortejo fúnebre e contribuíram para a compra de uma coroa de flores que a ADFA colocou junto da campa de Ramiro Correia.

Ramiro Correia, tal como qualquer militar de Abril, não era estranho à ADFA. Numa sessão de esclarecimento que a Associação realizou no dia 31 de Janeiro de 1975 no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, Ramiro Correia, tal como alguns outros militares, esteve

presente. Nesta sessão de esclarecimento e sensibilização dos deficientes para a luta pelos seus direitos, Ramiro Correia teve uma intervenção. Intervenção que aqui queremos relembrar, transcrevendo-a do «ELO» n.º 4, em que foi publicada na altura.

«Meus amigos, neste momento, talvez mais do que nunca, as palavras em Português são sérias, as palavras são pesadas, as palavras são actos, e hoje em Portugal duas palavras se nos põem à frente, a palavra serenidade e a palavra firmeza.

Serenidade que não é de maneira nenhuma complacência, com situações de injustiça social como as que nós temos. Serenidade que deve levar-nos a analisar a situação e a rejeitar situações duvidosas; e complacência ou de falsas unidades, que não sirvam realmente os interesses das classes trabalhadoras.

Pensamos que é necessário que a palavra serenidade possa ser valorizada, naquilo que tem de mais valioso, que é a reunião à volta do mesmo ideal, à volta da defesa das classes trabalhadoras, de todos aqueles que realmente as devem defender.

Firmeza, que se torna necessária para ultrapassar dificuldades, porque nós pensamos que as dificuldades se existem, efectivamente, devem encontrar da nossa parte a firmeza suficiente para as ultrapassar, não sendo a dificuldade motivo de paragem, mas sim de utilização de maior força, uma força controlada mas firme, para decididamente caminharmos nas vias do futuro.

Só quem não quiser ver, ou quem for muito míope, é que poderá negar a situação catastrófica em que o país se encontra...

...Nas praias do mar, os

pescadores, nas cidades, os funcionários públicos, nós verificamos que os trabalhadores portugueses se encontram na situação de grande inferioridade. As classes desfavorecidas da sociedade portuguesa são realmente quase toda a sociedade, apenas um pequeno número de privilegiados, é que realmente não é desfavorecido.

Ao longo dos anos de guerra, nós fomos nos habituando com mágoa, com amargura, com revolta, a ver cair ao nosso lado camaradas para nunca mais se levantarem, e outros, ficarem com problemas físicos como mentais de que nunca se conseguiram até agora ultrapassar nesses problemas.

Porque um homem não consegue, pelo seu esforço isolado, ultrapassar as suas dificuldades. Um homem é um ser social, e só integrado com outros homens na luta comum, é que é possível realmente criar uma sociedade em que não haja mais explorados, em que não haja mais humilhados. E em Portugal, ainda hoje, a maioria do povo português é explorada e é humilhada, e esta situação tem que ser ultrapassada.

A luta dos nossos camaradas deficientes das Forças Armadas, a luta de todos os homens portugueses diminuídos, em qualquer sector, e que encontra uma sociedade que é agressiva, que despreza o homem, que despreza a dignidade humana, que não garante a justiça social, é uma luta comum a todos os portugueses.

Enquanto houver em Portugal um homem humilhado, um homem explorado, a luta do Povo Português e a luta do MFA não pode parar. E neste momento, eu acabo como comecei, as palavras são sérias, as palavras são actos, e nós estamos em luta.»

## 3.º ANIVERSÁRIO DO «ELO»

### TRAZ OUTRO AMIGO TAMBÉM

A data de 23 de Novembro é-nos particularmente grata. Foi precisamente no dia 23 de Novembro de 1974 que se consolidou a nossa Associação e saíu o primeiro número do nosso jornal.

Cada edição que é posta a circular, traduz-se em inúmeras horas de trabalho. Mas nós, os que fazemos o «ELO», nunca poupamos esforços para cumprir a nossa missão. E todos aqueles que passaram pelo «ELO», desde o seu primeiro número, sempre tiveram a preocupação de o melhorar e engrandecer.

Nesta edição de aniversário, olhamos para trás e vemos as alterações introduzidas no nosso jornal. Hoje é um jornal adulto, cuidado, objectivo, mas ainda longe da meta que nos propomos alcançar.

Os amigos do «ELO» sabem e compreendem as dificuldades que existem na elaboração do mesmo.

É usual oferecerem-se prendas aos aniversariantes. O «ELO» como está na passagem de mais um aniversário vai pedir prendas aos amigos:

Tragam outro amigo também.

Porque queremos um «ELO» forte, valorizado, melhor, porque sem os amigos não somos nada, porque quantos mais formos mais fortes seremos, porque lutamos com honestidade, porque temos um longo caminho a desbravar, por todos esses motivos precisamos de mais assinantes.

Se cada amigo do «ELO» arranjar um novo amigo em pouco tempo seremos o dobro, o triplo, por aí fora.

Portanto, tu que és amigo do «ELO», que o queres forte e sincero:

TRAZ OUTRO AMIGO TAMBÉM

## AUTO-COLANTES PARA SELO DE VIATURA

A A.D.F.A. tem já autocolantes para colocação do selo nos automóveis para o ano de 1978.

Estes autocolantes têm-se esgotado muito rapidamente nos anos anteriores, devido ao grande interesse revelado por este tipo de autocolante da A.D.F.A. Este ano prevê-se que suceda o mesmo.

É de referir que o interesse demonstrado pelos autocolantes da A.D.F.A. não se limita ao autocolante do selo, todos os outros, que fazem parte de uma colecção com alguns tipos diferentes, são muito procurados. Estamos mesmo convencidos que os autocolantes da A.D.F.A. são aqueles que se vêm em maior número nos automóveis.

## CODEFA — POSTO DE VENDA EM VISEU

A CODEFA, Cooperativa de Bens de Consumo, é uma iniciativa dos Deficientes, uma demonstração do trabalho válido que eles podem produzir e uma forma de ligação com o povo.

É ainda uma actividade que procura minorar as dificuldades económicas com que se debate a maioria dos Deficientes em geral e do povo explorado, através da prática de preços mais baixos e combatendo a inflação e açambarcamento.

Satisfazendo o desejo da maioria dos sócios afectos a esta Delegação, foi inaugurado um posto de vendas nesta cidade, situado na Rua Miguel Bombarda, 66, Tel.: 2 24 05, onde os sócios da ADFA poderão abastecer-se dos bens essenciais e outros, a preços bastante reduzidos. As pessoas não deficientes podem também efectuar as suas compras na CODEFA.

Os Deficientes e não Deficientes, para comprarem os

# CAMPANHA CONTRA A BOMBA DE NEUTRÕES

Vai ter lugar em Portugal, de 5 a 19 de Dezembro, uma campanha contra a bomba de neutrões.

Esta campanha é promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação e insere-se numa campanha mais vasta que se tem desenvolvido em todo o mundo contra a decisão da Administração dos Estados Unidos relativamente à bomba de neutrões, em resposta ao apelo

feito nesse sentido pelo Conselho Mundial da Paz.

A campanha que decorrerá no nosso País de 5 a 19 de Dezembro constará das seguintes acções:

— Declaração do Conselho Português para a Paz e Cooperação sob a forma de apelo ou protesto a ser assinado pelos membros portugueses do Conselho Mundial da Paz e por outras personalidades;

— Actuação através dos meios de comunicação social com artigos, entrevistas, conferências de imprensa, etc.;

— Elaboração de textos de apoio a serem fornecidos para desenvolvimento de acções no âmbito da campanha;

— Contacto com organizações solicitando-lhes colaboração.

## A ADFA COLABORARÁ NESTA CAMPANHA

Em perfeita coerência com os seus princípios, a ADFA seguirá com muita atenção esta campanha, podendo mesmo verificar-se uma participação dentro das suas possibilidades. Esta decisão veio na sequência de uma reunião havida entre a Direcção Central da Associação e representantes do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

No próximo número de «ELO» faremos um balanço do que foi esta campanha contra a bomba de neutrões que é, afinal, uma campanha contra a violência e contra a guerra com os seus meios de destruição.

Para já interessa apresentar

alguns tópicos sobre o que é a bomba de neutrões, fornecidos, aliás pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação.

## O QUE É A BOMBA DE NEUTRÕES?

Em muitos aspectos, a bomba de neutrões não difere da bomba atómica ou de hidrogénio. A diferença básica consiste na velocidade de emissão da energia. Na bomba atómica ou de hidrogénio, a energia desprende-se rápida e repentinamente. É emitida uma grande massa de neutrões, mas a sua acção é coberta por outros fenómenos: a forte onda de choque, que destrói totalmente os edifícios num raio muito grande, e que mata os homens que aí vivem, ou os enterra vivos; a elevada temperatura e a luz provocadas pela deflagração, que queimam todas as pessoas que se encontram nas ruas, num raio igualmente muito amplo; os resíduos radioactivos estáveis são dispersos pela força da explosão, numa área maior ainda. Pelos seus efeitos, a radiação intensiva de neutrões ultrapassa estas acções, provocando a morte num raio de um a dois quilómetros.

Na bomba de neutrões, a energia liberta-se muito lentamente. É uma espécie de petardo de acção retardada. Verificam-se as mesmas reacções nucleares, que emitem neutrões e outros fragmentos radioactivos em grande quantidade, mas durante um período mais longo. Como não se dá uma forte explosão, os

resíduos radioactivos mantêm-se na proximidade imediata do local de explosão, não se alastrando numa grande superfície, e não há queda radioactiva. No entanto, a radiação de neutrões vai tão longe como no caso das bombas A ou H tradicionais e, consequentemente, as pessoas que se encontram à distância de um ou dois quilómetros do local da explosão sofrem males terríveis, geralmente mortais.

A bomba não mata imediatamente fora do local da explosão. As pessoas atingidas pela irradiação morrem após vários dias ou semanas, meses ou até anos, ao fim de uma longa agonia, insidiosa, muitas vezes terrível, conforme a distância a que se encontram do local da explosão. Mas as fábricas, os armazéns e os edifícios de habitação ficarão intactos, se não se encontraram nas proximidades daquele local.

Entre outros sintomas provocados pela explosão da bomba, verificar-se-á uma viva inflamação da cavidade bucal, garganta e mucosas nasais, palidez, emagrecimento rápido e redução acelerada dos glóbulos brancos devido à atrofia extrema da medula dos ossos, onde se forma, nalguns casos, um sedimento gelatinoso. O organismo perde assim as resistências à mínima infecção. No melhor dos casos, as vítimas morrerão em duas ou quatro semanas. As que se encontrarem num raio próximo dos dois quilómetros, poderão vegetar anos, com doenças terríveis.

# O DEFICIENTE E A SOCIEDADE

Muitas e muitas vezes temos abordado, nestas colunas, os aspectos anti-sociais com que a sociedade minoriza o valor intrínseco do deficiente,

O saneamento total das ideias erróneas que a sociedade tem perante o deficiente é tarefa de todos nós, deficientes e não deficientes. Para que esse saneamento se verifique há que coordenar esforços entre os deficientes, os não deficientes e as altas esferas da Nação.

Sabemos que existe uma camada de deficientes que, involuntariamente, contribuiu para que os preconceitos existam. Mas se é certo que essa camada de deficientes contribuiu para que se continue com a caridadezinha, com as fórmulas de amor-piedade, tal facto deve-se, essencialmente, à inexistência de uma política efectiva, que mude radicalmente o modo de vida (?) dessa camada de deficientes e o conseqüente desaparecimento das expressões que urge banir do dicionário.

## A Constituição e o deficiente

A Constituição da República Portuguesa consagra um artigo à política a ser desenvolvida pelo Estado no campo da reabilitação e re-integração do deficiente.

Assistimos com agrado à criação duma Comissão Permanente de Reabilitação. Esse agrado depressa se transformou em desilusão, pois o C. P. R. ficou-se por um papel cheio de palavras bonitas e boas intenções.

Recentemente foi criado o Secretariado Nacional de Reabilitação. As palavras inscritas no diploma são bonitas, carregadas de significado e boas intenções. Aguardamos os resultados.

Dizíamos nós que a Constituição consagra um dos seus artigos aos Deficientes. É que diz esse artigo?

*O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos deficientes, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos e deveres dos pais ou tutores.*

A Constituição é bem clara. Só que a política nacional de prevenção e tratamento, reabilitação e integração dos deficientes, ainda está longe, muito longe de ser efectiva

### Forças vivas

Os deficientes estão farto de serem considerados pesos-mortos para a Nação. Os deficientes são forças vivas e potenciais.

Já há muito tempo, abordamos nestas colunas um trabalho sobre os Jogos Olímpicos para Deficientes. Dissêmos nessa altura, apoiados por informações oficiais, que, quando coube ao Japão a realização dos Jogos Olímpicos, a opinião pública e entidades governamentais japoneses ficaram de tal maneira sensibilizadas com o potencial dos deficientes que em pouco tempo duas fábricas foram convenientemente apetrechadas para receberem trabalhadores deficientes. Uma outra fábrica foi totalmente concebida para dar trabalho exclusivamente a pessoas deficientes, enquanto se projectavam, por todos o país, mais fábricas capazes de receberem trabalhadores deficientes.

Este é um exemplo característico da transformação social que nós pretendemos ver operada no nosso país.

Portugal debate-se neste momento com uma das suas piores crises económico-financeira. Os constantes apelos das entidades governamentais para a solução da crise terão que ser acompanhados de condições necessárias e incentivos.

### Uma proposta concreta

Em face do que acima dizemos, queremos, através destas colunas, lançar uma proposta concreta às entidades responsáveis deste país.

Lançamos tal proposta através do «ELO», pois esta é uma das missões do nosso órgão informativo.

Dissemos que no Japão houve uma reconversão e criação no sector laboral, de condições necessárias que permitiram ao deficiente a sua integração no mercado de trabalho

Pois bem. No nosso país existem, centenas, milhares de deficientes que não têm qualquer oportunidade no mercado laboral. Porque não se estuda convenientemente

o processo japonês e se aplica no nosso país?

Como seria bom, vermos as nossas ruas sem deficientes mendigando a sua subsistência. Como seria bom o deficiente competir, no mercado de trabalho, com o não deficiente. Como seria bom, vermos nas fábricas, ou noutros sectores de produção, trabalhadores de cadeiras de rodas, invisuais, etc.

Seriam esses postos de trabalho traduzido em aumento de riqueza nacional.

Seria a transformação social por que nos batemos incansavelmente.

Pela nossa parte, Associação dos Deficientes das Forças Armadas, estamos prontos a colaborar com o Governo, na concretização destes objectivos que, embora nossos, dos deficientes portugueses, são igualmente de todo o país.

Sabemos que entidades governamentais têm o nosso «ELO». Será que essas entidades ao lerem a nossa proposta irão reflectir nela?

Somos tentados pela afirmativa. A saída da crise passa por todos os trabalhadores, desde que não haja desniveis. Desde que não existam uns quantos a trabalharem para outros sem qualquer esforço se apropriarem do fruto desse trabalho.

E se nós, deficientes portugueses, ansiamos pela transformação social, se a Constituição a consagra, o Governo tem a obrigação de desenvolver todos os esforços para que a política de reabilitação e re-integração se concretize.

### Nota final

Não queremos ser demasiadamente exaustivos, mas não queríamos finalizar o presente trabalho sem tecer algumas considerações que nos parecem pertinentes.

Os leitores mais antigos do nosso «ELO» certamente estarão recordados duma reportagem efectuada na Fundação Sain. Nessa reportagem revelámos aos nossos

leitores trabalhos feitos por inusuais, até com máquinas de precisão.

Na nossa Associação temos trabalhadores com todos os tipos de deficiência.

Concluimos portanto que existem no nosso mercado laboral trabalhadores com toda a gama de deficiências.

Se no Japão se converteram e criaram postos de trabalhos adaptados aos deficientes (falamos do Japão, mas poderíamos falar em muitos outros países), em Portugal poderia e deveria fazer exactamente igual.

Ao abrigo dos tratados de amizade e cooperação com os outros países, poderíamos recolher as experiências feitas nesses países e adaptá-las ao nosso

Se lá fora foram conseguidos óptimos resultados no capítulo da integração pelo trabalho, no nosso país conseguir-se-iam, de certeza absoluta, idênticos resultados, com os conseqüentes dividendos para a Nação, que se traduziriam num maior bem-estar para todos, um aumento da riqueza nacional, e principalmente uma re-integração social plena.



*O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos deficientes (Art.º 71.º)*

# OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS PERANTE A HISTÓRIA

Quando um dia se escrever a História de Portugal, ela terá forçosamente que falar em nós, Deficientes das Forças Armadas, sob pena de deixar um vácuo.

Poderá à primeira vista parecer narcisismo da nossa parte fazermos tal afirmação. Acontece que não existe narcisismo algum, nem a afirmação é gratuita. Por tal, iremos seguidamente fundamentar os pontos em que nos baseamos para afirmar que existirá uma lacuna importante se a História omitir a existência dos Deficientes das Forças Armadas e a sua luta pela reabilitação e re-integração social.

### EPÍLOGO

Nós somos uma das acusações vivas do regime fascista. Somos vítimas directas do período mais negro da nossa história — o colonial-fascismo.

Ainda não foram banidas da memória do Povo as cenas que constituíram os embarques na Rocha do Conde de Óbidos.

Os porões dos velhos paquetes, adaptados às exigências coloniais, albergavam a carne para canhão que iria ser utilizada contra aqueles que lutavam contra a tirania de um governo estranho e opressor.

Dum lado e outro do cais ficavam as lágrimas, a esperança. Quantas e quantas lágrimas comecaram a brotar, olhando a amurada do navio e ainda hoje rolam pelas faces marcadas dos entes, que um dia fizeram adeus ao jovem militar, e esse foi o último adeus.

Quantas e quantas lágrimas

não são vertidas ainda hoje por esses que ficaram para sempre, lá longe, ou por aqueles outros que para sempre transportam na carne a marca da guerra que foram forçados a fazer.

Já aqui temos referido o sofrimento, a tortura que constituía o internamento nos Hospitais Militares. Autênticos «ghettos», onde os olhares do Povo não podiam penetrar, pois ali, prostados nas camas estavam os corpos jovens que, sem necessitarem de dizer uma única palavra, testemunhavam as mentiras dos tiranos.

Afirmavam eles, os tiranos, que se «podia passear livremente nas nossas províncias ultramarinas». Que a guerra não existia.

Como explicar então ao Povo, os mortos e os deficientes?

Por isso se escondiam uns e outros. Por isso os «abutres-homens» esperavam a calada da noite para tirarem do bojo dos velhos barcos coloniais os corpos sem vida.

Por isso éramos abandonados à nossa sorte.

cair no esquecimento o nosso sofrimento. E nós não queremos que mais ninguém sofra. Não queremos mais vítimas de guerras.

Porque é importante não esquecermos que, invariavelmente, numa guerra, o vencido é sempre o Povo.

A nossa luta pela transformação da sociedade, insere-se num contexto histórico. Evidentemente que ela só é possível graças a essa madrugada de Abril.

Mas ninguém pode negar o importante papel que a nossa Associação teve e tem nessa transformação social que urge concretizar.

Temo-nos batido e batermos-nos-emos, com as armas que temos na mão e a força da nossa razão.

Porque nós não queremos mendigar. Há um lugar na sociedade que por justiça e por direito nos compete. E nada nem ninguém nos fará abdicar desse lugar que estamos conquistando. Seguiremos em frente até à concretização dos nossos objectivos.

E essas vozes saudosistas, não encontram eco entre nós.

E quando efectivamente se escrever a História de Portugal, orgulhosamente nós faremos dela parte integrante, pois já estamos no nosso dia-a-dia escrevendo a história-presente com vista à história-futuro.

A nossa luta pela reabilitação e re-integração, a nossa luta pelo saneamento das mentalidades com vista a anularmos os preconceitos caducos que os deficientes são uns coitados é constante.

Nós não somos «coitados-nhos». Somos homens válidos em qualquer sector. Temos um lugar que nos pertence e conquistá-lo-emos.

O triunfo da nossa luta é inevitável. Ninguém pode parar o curso da história. E nós já palmilhámos parte desse curso. A força da nossa razão manda-nos seguir em frente. E em frente seguiremos.

## QUANTO OURO TEMOS?

Esta tem sido uma interrogação muitas vezes ouvida nos mais variados locais.

«Os empréstimos são concedidos com garantias em ouro». «Foram vendidas «tantas» toneladas de ouro». Estes, e outros, têm sido títulos de notícias quer na nossa imprensa, quer na imprensa internacional.

O Banco de Portugal, como Banco central, divulgou a quantidade de ouro existente.

Segundo uma nota de esclarecimento emitida por aquele Banco, desde o início deste ano até Setembro último as reservas de ouro, do Banco de Portugal, passaram de 861 toneladas para 801 toneladas.

O esclarecimento do Banco de Portugal acrescenta que aquela diminuição das reservas (60 toneladas) inclui as 46,2 toneladas de ouro referentes à operação com o Fundo de Estabilização Cambial dos Estados Unidos da América, para pagamento de cerca de 220 dos trezentos milhões de dólares emprestados pelo Fundo, no âmbito de facilidades de crédito incluídas num programa de apoio à Balança de Pagamentos portuguesa.

associação dos deficientes das forças armadas



PELA REINTEGRAÇÃO